

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	9
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	26

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	73
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	503.735.259
Preferenciais	1.007.470.260
Total	1.511.205.519
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	26.827.910	26.465.924
1.01	Ativo Circulante	7.025.965	7.222.564
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.359.482	5.608.131
1.01.01.01	Caixas e Bancos	54.662	18.703
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	5.304.820	5.589.428
1.01.03	Contas a Receber	1.219.931	1.175.286
1.01.03.01	Clientes	1.219.931	1.175.286
1.01.04	Estoques	79.524	97.003
1.01.06	Tributos a Recuperar	223.976	191.378
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	223.976	191.378
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	143.052	150.766
1.01.08.03	Outros	143.052	150.766
1.01.08.03.01	Depósitos Vinculados	105.050	108.258
1.01.08.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	14.029
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	38.002	28.479
1.02	Ativo Não Circulante	19.801.945	19.243.360
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.610.870	6.185.739
1.02.01.04	Contas a Receber	99.227	108.052
1.02.01.04.01	Clientes	99.227	108.052
1.02.01.07	Tributos Diferidos	928.528	940.662
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	928.528	940.662
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.583.115	5.137.025
1.02.01.10.03	Depósitos Vinculados	164.742	151.467
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	379.693	384.357
1.02.01.10.07	Ativos Financeiros Contratuais	874.445	797.305
1.02.01.10.08	Ativo de Contrato	3.952.348	3.685.796
1.02.01.10.09	Outros Contas a Receber	211.887	118.100
1.02.02	Investimentos	2.168	2.049
1.02.02.01	Participações Societárias	2.168	2.049
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	2.168	2.049
1.02.03	Imobilizado	431.633	453.245
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	245.063	245.830
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	186.570	207.415
1.02.04	Intangível	12.757.274	12.602.327
1.02.04.01	Intangíveis	12.757.274	12.602.327
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.593.119	12.436.906
1.02.04.01.02	Direito de Uso em Arrendamento	164.155	165.421

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	26.827.910	26.465.924
2.01	Passivo Circulante	6.491.367	6.024.748
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	239.379	277.212
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	239.379	277.212
2.01.02	Fornecedores	411.122	504.986
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	411.122	504.986
2.01.03	Obrigações Fiscais	130.799	101.893
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	127.188	98.750
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	59.323	1.161
2.01.03.01.02	Demais Tributos Federais	67.865	97.589
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.611	3.143
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.369.898	997.329
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	319.178	334.511
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	289.945	303.776
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	29.233	30.735
2.01.04.02	Debêntures	912.261	524.640
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	138.459	138.178
2.01.04.03.01	Arrendamentos	138.459	138.178
2.01.05	Outras Obrigações	4.120.686	3.945.418
2.01.05.02	Outros	4.120.686	3.945.418
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	434.512	434.512
2.01.05.02.05	Cauções e Retenções Contratuais	2.983	2.824
2.01.05.02.07	Receitas a Apropriar	3.263	3.560
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.598	0
2.01.05.02.09	Passivo Regulatório	3.455.249	3.305.438
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	218.081	199.084
2.01.06	Provisões	219.483	197.910
2.01.06.02	Outras Provisões	219.483	197.910
2.01.06.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	77.268	76.366
2.01.06.02.05	Provisões Trabalhistas	142.215	121.544
2.02	Passivo Não Circulante	7.636.081	8.093.395
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.910.965	6.395.335
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.478.240	3.308.504
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.306.880	3.124.090
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	171.360	184.414
2.02.01.02	Debêntures	2.030.116	2.662.695
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	402.609	424.136
2.02.02	Outras Obrigações	75.397	77.374
2.02.02.02	Outros	75.397	77.374
2.02.02.02.04	Empreiteiros e Fornecedores	11.302	11.521
2.02.02.02.09	Receitas a Apropriar	0	593
2.02.02.02.11	Outras Contas a Pagar	64.095	65.260
2.02.04	Provisões	1.649.719	1.620.686
2.02.04.02	Outras Provisões	1.649.719	1.620.686

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04.02.04	Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.081.756	1.069.126
2.02.04.02.05	Provisões	567.963	551.560
2.03	Patrimônio Líquido	12.700.462	12.347.781
2.03.01	Capital Social Realizado	5.996.137	5.996.137
2.03.01.01	Capital Social Integralizado	5.996.137	5.996.137
2.03.03	Reservas de Reavaliação	41.366	42.265
2.03.03.01	Ativos Próprio	41.366	42.265
2.03.04	Reservas de Lucros	6.088.560	6.088.560
2.03.04.01	Reserva Legal	256.396	256.396
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	11.959	11.959
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	91.430	91.430
2.03.04.10	Plano de Investimentos	5.728.775	5.728.775
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	353.621	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.769	3.810
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	217.009	217.009

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.946.354	1.805.233
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-789.461	-841.486
3.03	Resultado Bruto	1.156.893	963.747
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-485.851	850
3.04.01	Despesas com Vendas	-138.018	-225.409
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-287.230	-529.283
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	746	2.058.450
3.04.04.01	Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	0	2.055.758
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	746	2.692
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-61.349	-1.302.908
3.04.05.01	Provisão para Contingências	-16.403	161.142
3.04.05.02	Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-13.532	-14.139
3.04.05.03	Provisão Passivo Regulatório	0	-1.354.808
3.04.05.04	Programa de Participação nos Resultados	-26.980	-92.411
3.04.05.05	Outras Despesas Operacionais	-4.434	-2.692
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	671.042	964.597
3.06	Resultado Financeiro	-72.463	184.753
3.06.01	Receitas Financeiras	311.274	2.165.702
3.06.01.01	Receitas Financeiras	311.274	17.918
3.06.01.02	Juros Auferidos - Receita Precatórios	0	2.147.784
3.06.02	Despesas Financeiras	-383.737	-1.980.949
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-233.926	-195.667
3.06.02.02	Provisão Passivo Regulatório	-149.811	-1.535.934
3.06.02.03	Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	0	-249.348
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	598.579	1.149.350
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-245.898	58.643
3.08.01	Corrente	-233.764	-79.256
3.08.02	Diferido	-12.134	137.899
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	352.681	1.207.993
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	352.681	1.207.993
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	PN	0,24067	0,82434
3.99.01.02	ON	0,21879	0,7494
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	PN	0,24067	0,82434
3.99.02.02	ON	0,21879	0,7494

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	352.681	1.207.993
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-940	-1.042
4.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	-1.363	-1.478
4.02.02	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	464	502
4.02.03	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	-62	-100
4.02.04	Tributos sobre Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	21	34
4.03	Resultado Abrangente do Período	351.741	1.206.951

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	652.472	733.674
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	752.199	1.591.016
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	352.681	1.207.993
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	172.399	151.334
6.01.01.03	Custos das Baixas do Imobilizado e Intangível	1.257	3.642
6.01.01.04	Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-304	-2.477
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros	-60.626	-9.175
6.01.01.07	Provisão para Perdas na Realização de Créditos	34.714	82.578
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, líquido	12.134	-137.899
6.01.01.09	Provisão para Contingências	16.403	-161.142
6.01.01.10	Plano de Aposentadoria e Plano de Assistência Médica	13.532	14.139
6.01.01.11	Juros sobre Financiamentos	147.669	128.089
6.01.01.12	Variações Monetárias sobre Financiamentos	41.023	47.322
6.01.01.13	Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	14.413	12.076
6.01.01.14	Juros e Atualizações Monetárias PPP	0	152
6.01.01.15	Variações Cambiais, líquidas	-15.250	-7.782
6.01.01.16	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	20.628	11.359
6.01.01.17	Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	1.645	1.585
6.01.01.18	Ajuste a Valor Justo - Investimentos	-119	-126
6.01.01.19	Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	0	249.348
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-99.727	-857.342
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-70.534	-54.290
6.01.02.02	Impostos e Contribuições a Recuperar	-32.598	-74.344
6.01.02.03	Estoques	17.479	-1.011
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	4.664	150.908
6.01.02.05	Precatórios a Receber	0	-4.203.542
6.01.02.06	Outros Créditos e Contas a Receber	-103.310	-5.966
6.01.02.07	Empreiteiros e Fornecedores	-94.083	107.001
6.01.02.09	Impostos e Contribuições	189.527	168.822
6.01.02.10	Salários e Encargos a Pagar	-17.162	276.777
6.01.02.11	Cauções e Retenções Contratuais	159	19
6.01.02.12	Receitas a Apropriar	-890	-890
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-160.622	-112.393
6.01.02.14	Passivo Regulatório	149.811	2.890.742
6.01.02.15	Outras Contas a Pagar	17.832	825
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-579.197	-485.139
6.02.01	Aplicação no Imobilizado, Intangível e Ativo de Contrato	-579.197	-485.139
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-321.924	-200.668
6.03.01	Financiamentos Obtidos	241.079	106.165
6.03.02	Amortizações de Financiamentos	-305.213	-133.927
6.03.03	Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-201.508	-152.931
6.03.04	Pagamentos de Arrendamentos	-37.312	-34.072
6.03.05	Pagamentos de PPP	-8.903	-3.835
6.03.07	Depósitos Vinculados	-10.067	17.932

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-248.649	47.867
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.608.131	1.800.757
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.359.482	1.848.624

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.996.137	0	6.088.560	0	263.084	12.347.781
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.996.137	0	6.088.560	0	263.084	12.347.781
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	353.621	-940	352.681
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	352.681	0	352.681
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	940	-940	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	1.363	-1.363	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-464	464	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	62	-62	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-21	21	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	6.088.560	353.621	262.144	12.700.462

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.996.137	0	4.594.712	0	237.858	10.828.707
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.209.035	-1.042	1.207.993
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.207.993	0	1.207.993
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.042	-1.042	0
5.05.02.06	Realização da Reservas de Reavaliação	0	0	0	1.478	-1.478	0
5.05.02.07	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-502	502	0
5.05.02.08	Realização do Ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	100	-100	0
5.05.02.09	Tributos sobre a Realização do ajuste ao Custo Atribuído	0	0	0	-34	34	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.996.137	0	4.594.712	1.209.035	236.816	12.036.700

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	2.054.072	3.916.972
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.092.474	1.943.792
7.01.02	Outras Receitas	-3.688	2.055.758
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-34.714	-82.578
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-646.138	-1.866.258
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-264.423	-251.891
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-339.441	-396.419
7.02.04	Outros	-42.274	-1.217.948
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.407.934	2.050.714
7.04	Retenções	-172.399	-151.334
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-172.399	-151.334
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.235.535	1.899.380
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	321.758	2.270.136
7.06.02	Receitas Financeiras	321.758	2.270.136
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.557.293	4.169.516
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.557.293	4.169.516
7.08.01	Pessoal	345.893	729.995
7.08.01.01	Remuneração Direta	212.144	282.082
7.08.01.02	Benefícios	119.062	432.907
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.687	15.006
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	471.493	248.210
7.08.02.01	Federais	460.611	240.829
7.08.02.02	Estaduais	397	442
7.08.02.03	Municipais	10.485	6.939
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	387.226	1.983.318
7.08.03.01	Juros	383.737	1.980.949
7.08.03.02	Aluguéis	3.489	2.369
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	352.681	1.207.993
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	352.681	1.207.993

Comentário do Desempenho

1. DADOS OPERACIONAIS

1.1 MERCADO

A seguir apresentamos os contratos em % da Receita Total da Companhia, em 31 de março de 2026:

Contratos (% da Receita Total)				Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remanescente de concessão	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Esgoto
Curitiba	21,2%	22,2 anos	Água e Esgoto	100%	99,5%	859,4	851,4
Londrina	7,1%	22,2 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	264,3	266,9
Maringá	5,2%	14,4 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	178,0	204,6
Foz do Iguaçu	3,8%	22,2 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	128,3	108,2
Ponta Grossa	3,7%	22,2 anos	Água e Esgoto	100%	83,8%	169,3	156,8
Cascavel	3,7%	22,2 anos	Água e Esgoto	100%	93,0%	141,5	156,9
São José dos Pinhais	2,8%	22,2 anos	Água e Esgoto	100%	90,0%	125,6	111,4
Colombo	1,8%	22,2 anos	Água e Esgoto	100%	77,7%	90,2	69,8
Guarapuava	1,7%	22,2 anos	Água e Esgoto	100%	89,3%	75,0	65,3
Toledo	1,6%	22,2 anos	Água e Esgoto	100%	94,7%	68,1	63,3
Demais Municípios	47,4%					2.309,2	1.555,2
Totais				100,0%	82,6%	4.408,9	3.609,8

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

O índice de atendimento com água tratada é de 100% e o índice de atendimento com rede coletora de esgoto – IARCE Urbano é de 82,6%, sendo tratado 100% do esgoto coletado, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,6% do total de ligações de água existentes em 31 de março de 2026.

O número de ligações de água em março de 2026 é 1,4% superior ao número de ligações existentes em março de 2025, representando um incremento de 48.302 ligações de água, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Água*	MAR/26 (1)	%	MAR/25 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	3.209.513	90,6	3.169.725	90,7	1,3
Comercial	265.607	7,5	258.045	7,4	2,9
Industrial	13.907	0,4	13.756	0,4	1,1
Utilidade Pública	25.081	0,7	24.947	0,7	0,5
Poder Público	28.880	0,8	28.213	0,8	2,4
Totais	3.542.988	100,0	3.494.686	100,0	1,4

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

O número de ligações de esgoto em março de 2026 é 2,7% superior ao número de ligações existentes em março de 2025, representando acréscimo de 71.293 novas ligações de esgoto, conforme demonstrado a seguir:

Número de Ligações de Esgoto*	MAR/26 (1)	%	MAR/25 (2)	%	Var.% (1/2)
Residencial	2.409.040	90,3	2.347.275	90,4	2,6
Comercial	217.823	8,2	209.561	8,1	3,9
Industrial	6.820	0,3	6.609	0,2	3,2
Utilidade Pública	17.344	0,6	17.014	0,7	1,9
Poder Público	17.173	0,6	16.448	0,6	4,4
Totais	2.668.200	100,0	2.596.907	100,0	2,7

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

1.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

No 1T26, o volume medido de água tratada foi de 149,7 milhões de m³, contra 147,8 milhões de m³ no 1T25, representando um acréscimo de 1,3%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Medido de Água - milhões de m ³ *	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	128,0	126,3	1,3
Comercial	11,9	11,6	2,6
Industrial	3,1	3,2	-3,1
Utilidade Pública	1,5	1,5	0,0
Poder Público	5,2	5,2	0,0
Totais	149,7	147,8	1,3

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

No 1T26 o volume faturado de água tratada foi de 154,7 milhões de m³, contra 152,8 milhões de m³ no 1T25, representando um acréscimo de 1,2%, conforme demonstrado a seguir:

Volume Faturado de Água - milhões de m ³ *	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	132,2	130,4	1,4
Comercial	12,9	12,6	2,4
Industrial	3,1	3,3	-6,1
Utilidade Pública	1,1	1,2	-8,3
Poder Público	5,4	5,3	1,9
Totais	154,7	152,8	1,2

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

O volume faturado de esgoto no 1T26 apresentou um aumento de 2,4% em comparação ao 1T25, conforme demonstrado a seguir:

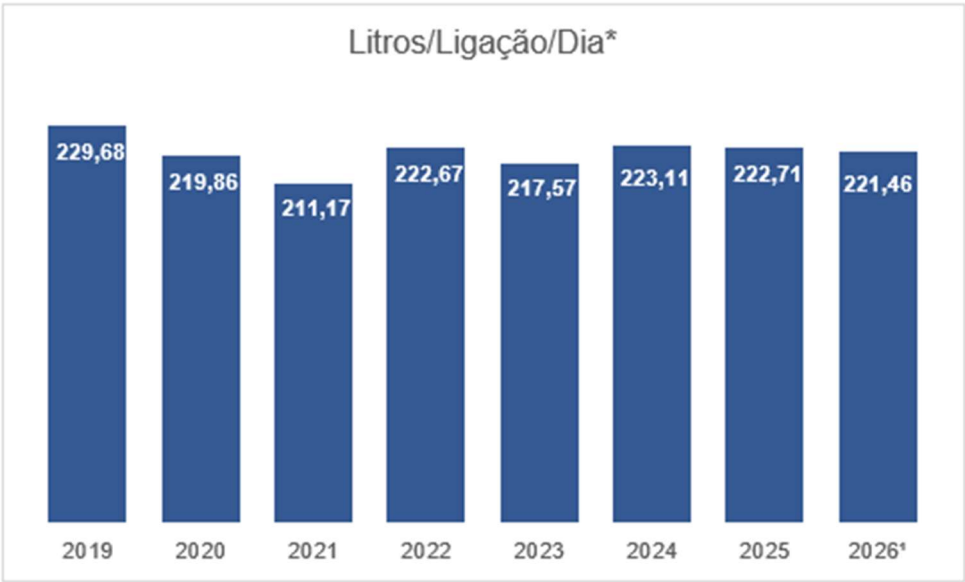
Volume Faturado de Esgoto - milhões de m ³ *	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	107,3	104,5	2,7
Comercial	12,3	12,1	1,7
Industrial	1,0	1,1	-9,1
Utilidade Pública	1,0	1,0	0,0
Poder Público	4,2	4,2	0,0
Totais	125,8	122,9	2,4

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

DEMONSTRATIVO DO ÍNDICE DE PERDAS POR LIGAÇÃO

O Índice de Perdas por Ligação calculado no padrão SINISA considera o volume de perdas de água definido como a diferença entre o volume produzido, o balanço entre o volume exportado e importado, e o volume micro medido nos hidrômetros, excluindo o volume de serviço (operacional, recuperado e especial), sendo apresentado acumulado para um período de 12 meses.



* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes;
(1) Valores acumulados dos últimos 12 meses.

Água*	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. (1/2)	1T24 (3)	Var. (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.408.887	4.337.744	1,6 %	4.286.771	1,2 %
Nº de estações de tratamento	168	168	0,0 %	168	0,0 %
Nº de poços	1.228	1.217	0,9 %	1.192	2,1 %
Nº de captações de superfície	230	224	2,7 %	231	-3,0 %
Km de rede assentada	63.755	62.725	1,6 %	61.671	1,7 %
Volume Produzido (m³)	222.614.714	219.654.367	1,3 %	215.311.823	2,0 %
Perdas no faturamento - %	30,49	30,43	0,06 p.p.	31,13	-0,70 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	2,53	2,85	-0,32 p.p.	2,03	0,82 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Esgoto*	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. (1/2)	1T24 (3)	Var. (2/3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.609.787	3.503.605	3,0 %	3.409.186	2,8 %
Nº de estações de tratamento	278	268	3,7 %	266	0,8 %
Km de rede assentada	44.595	43.660	2,1 %	42.357	3,1 %
Volume coletado em m³	120.825.722	118.103.202	2,3 %	112.362.213	5,1 %

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho

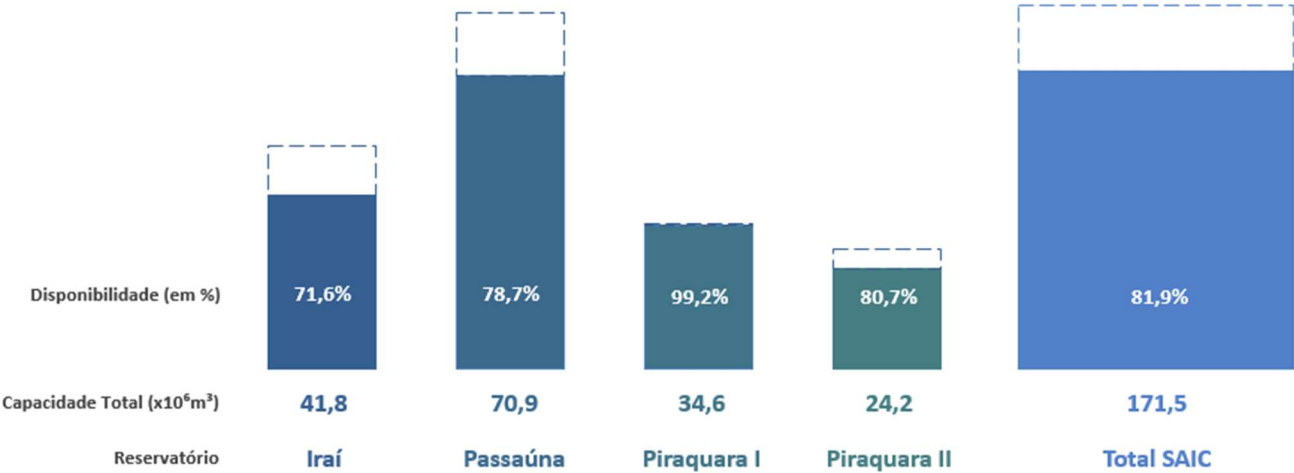
VOLUMES DISPONÍVEIS

No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná.

Adicionalmente, informa-se que a Barragem Miringuava entrou em operação e encontra-se em fase de enchimento, já contribuindo para o reforço do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC).

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Iraí e Passaúna.

As barragens da Sanepar são consideradas de médio porte quanto ao volume de armazenamento, porém de grande porte devido à altura/profundidade superiores a 15 metros. Em 31 de março de 2026, o volume médio de reservação, estava em 81,9% (84,1% em 31/12/2025).



* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Comentário do Desempenho**2. DADOS FINANCEIROS****2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO**

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Receita de Água	1.237,8	1.155,1	7,2
Receita de Esgoto	795,2	725,7	9,6
Receita de Serviços	36,2	36,7	-1,4
Receita de Resíduos Sólidos	5,3	4,1	29,3
Serviços Prestados aos Municípios	6,9	6,4	7,8
Doações Efetuadas por Clientes	8,7	13,1	-33,6
Outras Receitas	2,4	2,6	-7,7
Total Receita Operacional	2.092,5	1.943,7	7,7
COFINS	-120,0	-113,8	5,4
PASEP	-26,1	-24,7	5,7
Totais das Deduções	-146,1	-138,5	5,5
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.946,4	1.805,2	7,8

A receita operacional líquida aumentou 7,8%, passando de R\$1.805,2 milhões no 1T25 para R\$1.946,4 milhões no 1T26, este aumento é decorrente de: (i) revisão tarifária de 3,7753% a partir de 17 de maio de 2025; (ii) crescimento do volume faturado de água e esgoto; e (iii) do aumento no número de ligações.

Custos e Despesas (Receitas) Operacionais R\$ milhões	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Pessoal	-370,8	-690,4	-46,3
Materiais	-78,8	-82,0	-3,9
Energia Elétrica	-117,3	-106,8	9,8
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-39,2	-14,7	166,7
Serviços de Terceiros	-315,4	-273,2	15,4
Depreciações e Amortizações	-172,4	-151,3	13,9
Perdas na Realização de Créditos	-34,7	-82,6	-58,0
Fundo Municipal de Saneamento Gestão Ambiental	-38,6	-34,9	10,6
Taxa de Regulação	-10,0	-9,6	4,2
Doações Incentivadas (IRPJ)	-3,2	-2,2	45,5
Indenizações por Danos a Terceiros	-20,5	-21,5	-4,7
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	-1,0	-3,8	-73,7
Taxa, Alvaras e Licenciamento	-5,4	-1,0	440,0
Despesas Capitalizadas	33,5	30,5	9,8
Provisões para Contingências	-16,4	161,1	-110,2
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-13,5	-14,1	-4,3
Programa de Participação nos Resultados	-27,0	-92,4	-70,8
Receita de Venda de Ativos	0,6	2,6	-76,9
Baixas de Ativos	-1,2	-1,2	0,0
Outros Custos e Despesas	-44,0	-35,5	23,9
Subtotal	-1.275,3	-1.423,0	-10,4
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	-	2.055,8	-100,0
Provisão Passivo Regulatório/Honorários Advocáticos	-	-1.473,4	-100,0
Total de Custos e Despesas (Receitas) Operacionais	-1.275,3	-840,6	51,7

Comentário do Desempenho

Os custos e despesas operacionais, excluindo o efeito dos precatórios, tiveram uma redução no 1T26 de 10,4% em relação ao 1T25. As principais variações ocorridas foram em decorrência de:

Pessoal

Redução de 46,3%, principalmente pelo efeito da provisão do Plano de Demissão Voluntária – PDV no montante de R\$171,6 milhões registrado no 1T25, compensado pelo aumento em função de: (i) Reajuste salarial de 4,87% (INPC) sobre as verbas trabalhistas e benefícios referente ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2024/2026 (data base março de 2025), impactando integralmente em 2026; (ii) Reajuste de 8,50% do SANESAÚDE em junho de 2025; e (iii) provisão do abono indenizatório no montante de R\$17,3 milhões (R\$17,7 milhões no mesmo período de 2025). O número de empregados passou de 5.977 no 1T25 para 6.008 no 1T26, em função de admissões de empregados oriundos de concurso público.

Materiais

Diminuição de 3,9%, principalmente em: (i) material de tratamento (-7,8%), que representa 60,5% do total da rubrica de materiais no trimestre; (ii) material de operação de sistemas (-24,2%); (iii) material de limpeza e higiene (-53,4%); e (iv) material de manutenção eletromecânica (-8,6%).

Energia Elétrica

Aumento de 9,8%, explicado principalmente por ajustes operacionais nos processos de tratamento de esgoto decorrentes de critérios ambientais, os quais passaram a exigir maior eficiência na disposição de efluentes, demandando um maior consumo energético. Somam-se a este fator o reajuste médio de 5% nos contratos de intermediação no Mercado Livre de Energia e o crescimento orgânico dos volumes de água produzida (+1,3%) e esgoto tratado (+2,3%). Este impacto foi parcialmente mitigado pela expansão da migração de unidades consumidoras para o Mercado Livre, que passou de 550 unidades no 1T25 para 800 unidades no 1T26.

Serviço de Operação de Esgoto – PPP

Crescimento de 166,7%, decorrente do efeito comparativo do início das atividades atreladas às Parcerias Público-Privadas (PPP) para a operação do sistema de esgotamento sanitário nos municípios das Microrregiões Centro-Leste (MRAE-2) e Oeste (MRAE-3) do Paraná.

Serviços de Terceiros

Aumento de 15,4%, principalmente em serviços de atendimento ao cliente (+118,3%) serviços de manutenção de redes (+10,7%), serviços técnicos profissionais (+91,5%), serviços técnicos operacionais (+40,8%), serviços de manutenção eletromecânica (+77,3%) e fretes e carretos (+48,3%).

Depreciações e Amortizações

Acréscimo de 13,9%, pela entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de abril de 2025 a março de 2026, no montante de R\$1.875,2 milhões (líquido das baixas).

Perdas na Realização de Créditos

Redução de 58,0%, ocasionada principalmente pelo efeito comparativo do registro complementar ocorrido no 1T25, o qual contemplou o reconhecimento do "efeito vagão" sobre as contas vencidas de clientes que possuíam saldos de parcelamentos naquele período.

Comentário do Desempenho

Provisões para Contingências

Aumento de 110,2%, decorrente, primordialmente, do efeito comparativo do 1T25, quando o montante foi impactado por reversões significativas e pagamentos extraordinários de ações trabalhistas na ordem de R\$184,5 milhões. No 1T26, a despesa líquida de R\$16,4 milhões reflete, principalmente: a) no âmbito trabalhista, o impacto de: (i) R\$4,7 milhões referentes à ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná (SENGE) sobre diferenças salariais; e (ii) R\$57,7 milhões em atualizações de processos em curso devido a decisões judiciais, valores estes compensados por reversões de R\$57,4 milhões decorrentes do arquivamento de ações e baixas parciais, com destaque para os processos dos sindicatos SAEMAC e STAEMCP; e b) no âmbito cível, o complemento de provisões no montante de R\$32,6 milhões, influenciado por: (i) R\$5,7 milhões oriundos de processo de desapropriação no município de Andirá; (ii) R\$4,3 milhões referentes a pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de obras das construtoras DM e Itaú; e (iii) R\$22,6 milhões devido a decisões judiciais diversas e novas ações, valores estes parcialmente compensados por R\$19,6 milhões em reversões e encerramentos de ações de indenização por danos morais e materiais por acidentes de trânsito, corte, cobranças indevidas e refluxos de esgoto.

Receita Precatórios – Ação Judicial IRPJ

No 1T25 ocorreu o reconhecimento inicial dos Precatórios a Receber inscrito no Orçamento da União (LOA 2025), reflexo da repetição de indébito tributário do IRPJ do período de maio de 1996 a outubro de 2020.

Provisão Passivo Regulatório/Honorários

No 1T25 ocorreu a Provisão Regulatória de valor a ser compartilhado com os clientes da Companhia, à razão de 75% do valor do ganho da ação do indébito tributário do IRPJ (Precatórios a Receber), conforme regra de compartilhamento estabelecida pela Agepar (Nota Técnica nº 07/2024), e honorários advocatícios.

Programa de Participação nos Resultados – PPR

Redução de 70,8% relacionada diretamente à diminuição do Lucro Líquido apurado no 1T26 em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho**2.2 INDICADORES ECONÔMICOS**

Resultado Financeiro - R\$ milhões	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Receitas Financeiras			
Aplicações Financeiras	193,3	61,7	213,3
Variações Monetárias Ativas	21,5	25,0	-14,0
Variações Cambiais Ativas	15,2	12,3	23,6
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	16,8	2,9	479,3
Outras Receitas Financeiras	74,9	20,4	267,2
Cofins e Pasep sobre Receitas Financeiras	-10,5	-104,4	-89,9
Subtotal	311,2	17,9	1.638,5
Juros Auferidos - Receita Precatórios	-	2.147,8	-100,0
Totais das Receitas Financeiras	311,2	2.165,7	-85,6
Despesas Financeiras			
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	-153,5	-131,6	16,6
Variações Monetárias Passivas	-38,6	-45,1	-14,4
Variações Cambiais Passivas	-	-4,5	-100,0
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	-37,4	-14,3	161,5
Outras Despesas Financeiras	-4,4	-0,2	2.100,0
Subtotal	-233,9	-195,7	19,5
Provisão Passivo Regulatório	-149,8	-1.535,9	-90,2
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	-	-249,3	-100,0
Totais das Despesas Financeiras	-383,7	-1.980,9	-80,6
Resultado Financeiro	-72,5	184,8	-139,2

O resultado financeiro variou -139,2% passando de R\$184,8 milhões no 1T25 para -R\$72,5 milhões no 1T26. As Despesas Financeiras reduziram 80,6%, passando de R\$1.980,9 milhões no 1T25 para R\$383,7 no 1T26, proveniente principalmente da redução das despesas com Provisão Passivo Regulatório e Ajuste a Valor Justo – Precatórios a Receber. Por outro lado, as Receitas Financeiras reduziram 85,6%, passando de R\$2.165,7 milhões no 1T25 para R\$311,2 milhões no 1T26, reflexo principalmente do registro de Juros Auferidos de Receitas de Precatórios relativos à ação do indébito tributário do IRPJ, efetuado no 1T25.

Resultado Econômico - R\$ milhões	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Resultado Operacional	671,1	964,6	-30,4
Resultado Financeiro	-72,5	184,8	-139,2
Tributos sobre o Lucro	-245,9	58,6	-519,6
Lucro Líquido	352,7	1.208,0	-70,8

A Companhia registrou um lucro líquido de R\$352,7 milhões no 1T26, representando uma redução de 70,8% em comparação com os R\$1.208,0 milhões apurados no 1T25. Essa variação decorre, basicamente, do efeito comparativo da base do 1T25, período impactado pelo reconhecimento extraordinário da receita referente ao ganho da ação do IRPJ e da respectiva provisão para o Passivo Regulatório. Excluindo estes efeitos não recorrentes, o desempenho do trimestre reflete um acréscimo de 7,8% na receita operacional líquida, aliado à redução de 10,4% no subtotal de custos e despesas operacionais.

Comentário do Desempenho

Apresentamos a seguir o cálculo do Lucro Líquido e EBITDA sem efeito dos itens não Recorrentes:

Itens não Recorrentes - R\$ milhões	1T26	1T25
Lucro Líquido	352,7	1.208,0
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	0,0	-4.203,5
Provisão Passivo Regulatório/Honorários/AVJ	0,0	3.258,6
COFINS/PIS-PASEP sobre Receita de Precatórios - Ação IRPJ	0,0	99,9
Programa de Participação nos Resultados - PPR	0,0	78,7
Plano de Demissão Voluntária - PDV	0,0	171,6
PCLD Complementar - Efeito Vagão Parcelamentos	0,0	32,3
Efeitos Tributários	0,0	-221,2
Lucro Líquido ajustado aos itens não recorrentes	352,7	424,4
% Margem Líquida de itens não recorrentes	18,1	23,5
EBITDA Ajustado de itens não recorrentes	843,5	816,2
% Margem EBITDA Ajustada de itens não recorrentes	43,3	45,2

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada - R\$ milhões	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Remuneração de Pessoal	345,9	730,0	-52,6
Remuneração a Governos (Tributos)	471,5	248,2	90,0
Remuneração a terceiros (Aluguéis)	3,5	2,4	45,8
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e Variações Monetárias)	383,7	1.980,9	-80,6
Lucro Líquido do Período não distribuído	352,7	1.208,0	-70,8
Total da Riqueza Econômica	1.557,3	4.169,5	-62,7

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar em um mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados efetivos, comprometimento com a universalização, qualidade dos serviços prestados e atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas.

Os números a seguir demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas e necessárias para atingir a universalização prevista pelo marco legal do saneamento.

Indicadores Econômicos - R\$ milhões	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Receita Operacional Líquida	1.946,4	1.805,2	7,8 %
Lucro Operacional	671,1	964,6	-30,4 %
Lucro Líquido	352,7	1.208,0	-70,8 %
% Margem Operacional *	28,6	59,1	-30,5 p.p.
% Margem Líquida *	18,1	66,9	-48,8 p.p.
% Rentabilidade do PL médio *	2,8	10,6	-7,8 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses) *	0,7	1,5	-0,8 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

No encerramento do 1T26, os ativos totais da Companhia atingiram R\$26.827,9 milhões (R\$26.465,9 milhões em 31/12/2025), enquanto as dívidas totais ao final do 1T26 eram de R\$14.127,4 milhões (R\$14.118,1 milhões em 31/12/2025).

Comentário do Desempenho

Do montante da dívida total no 1T26, R\$7.280,9 milhões (R\$7.392,7 milhões em 31/12/2025) referem-se a empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, apresentando uma redução de 1,5% em relação ao exercício de 2025.

	Referência	MAR/26	DEZ/25	Var.
Patrimônio Líquido	R\$ Milhões	12.700,5	12.347,8	2,9 %
Valor Patrimonial da Ação *	R\$	8,40	8,17	2,8 %
Grau de Endividamento *	%	52,7	53,3	-0,6 p.p.
Liquidez Corrente *	R\$	1,08	1,20	-10,0 %
Liquidez Seca *	R\$	1,07	1,18	-9,3 %

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

EBITDA e Geração de Caixa Operacional

O EBITDA no 1T26, que representa o resultado operacional da Companhia, foi de R\$843,5 milhões, contra R\$1.115,9 milhões no 1T25. A margem EBITDA passou de 61,8% para 43,3%.

A geração de caixa operacional no 1T26 foi de R\$652,5 milhões, redução de 11,1% em relação ao 1T25. A Conversão do EBITDA em Caixa Operacional foi de 77,4%.

EBITDA - R\$ milhões	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Lucro Líquido	352,7	1.208,0	-70,8
(+) Tributos sobre o Lucro	245,9	-58,6	-519,6
(+) Resultado Financeiro	72,5	-184,8	-139,2
(+) Depreciações e Amortizações	172,4	151,3	13,9
EBITDA	843,5	1.115,9	-24,4
% Margem EBITDA	43,3	61,8	-18,5 p.p.
% Conversão de EBITDA em Caixa	77,4	65,7	11,7 p.p.

2.3 INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados no 1T26 foram de R\$588,1 milhões (R\$486,7 milhões no 1T25), conforme apresentados a seguir:

Investimentos - R\$ milhões	1T26 (1)	1T25 (2)	Var. % (1/2)
Água	179,8	157,8	13,9
Esgoto	343,0	296,7	15,6
Outros Investimentos	65,3	32,2	102,8
Totais	588,1	486,7	20,8

Comentário do Desempenho

2.4 ENDIVIDAMENTO

A dívida bruta passou de R\$7.392,7 milhões em dezembro de 2025 para R\$7.280,9 milhões em março de 2026, representando uma redução de R\$111,8 milhões. A dívida líquida passou de R\$1.784,6 milhões em dezembro de 2025 para R\$1.921,4 milhões em março de 2026.

O índice de alavancagem, medido pela relação “Dívida Líquida/EBITDA (acumulado 12 meses)” foi de 0,7x no 1T26 (1,5x no 1T25).

O grau de endividamento ficou em 52,7% no fechamento do 1T26 (51,6% no 1T25).

Apresentamos a seguir, a composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, com suas respectivas taxas de juros, vencimentos e saldos devedores em 31 de março de 2026:

Endividamento - R\$ milhões	Taxa de Juros Anual	Indexador	Término do Contrato	Saldo Devedor	%
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	19/04/2046	2.605,3	35,8
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	15/01/2030	615,3	8,4
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	15/03/2027	491,5	6,7
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	15/04/2028	428,6	5,9
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	15/01/2032	367,2	5,0
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	100% do DI	-	15/08/2035	358,2	4,9
BNDES - Avançar	3,59% e 5,60%	IPCA	15/12/2041	333,5	4,6
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	07/12/2036	308,7	4,2
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	15/03/2029	275,8	3,8
Arrendamento Direito de Uso	13,87%	-	30/06/2030	232,4	3,2
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	17/03/2031	213,8	2,9
Banco KFW	1,35%	EURO	30/12/2032	200,6	2,8
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	11/06/2026	157,6	2,2
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	15/01/2027	153,6	2,1
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	25/01/2035	135,4	1,9
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	15/07/2029	112,3	1,5
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	15/11/2038	77,9	1,1
BNDES - FINEM	7,86%	IPCA	16/11/2044	52,1	0,7
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	15/11/2038	47,7	0,7
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	15/11/2038	33,8	0,5
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	15/07/2027	33,8	0,5
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15/07/2027	25,0	0,3
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	15/11/2038	20,8	0,3
Totais				7.280,9	100,0

* IPCA como componente variável da TLP

Apresentamos a seguir, o perfil da dívida em relação ao cronograma de vencimento:

Descrição - R\$ milhões	Saldo Devedor	%
Até 12 meses	1.369,9	18,8
de 13 a 24 meses	409,4	5,6
de 25 a 36 meses	1.048,8	14,4
de 37 a 60 meses	1.309,7	18,0
Acima de 60 meses	3.143,1	43,2
Totais	7.280,9	100,0

Comentário do Desempenho

3. REGULAÇÃO

3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Sanepar (Ciclo 2025 – 2028)

Em 19 de março de 2024, a Agepar publicou a resolução nº 17 de 14 de março de 2024 que aprovou a Metodologia de Avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) do serviço de saneamento básico (água e esgoto).

Em 26 de abril de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 20 que aprovou o cronograma para a 3ª RTP dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.

Em 13 de junho de 2024, na reunião Extraordinária do Conselho Diretor da Agência nº 16/2024, a Agepar autorizou abertura de Consulta Pública como procedimento de participação social destinado a obter contribuições, sugestões, propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, a respeito do “Manual de Revisão Tarifária Periódica de Saneamento Básico dos serviços de água e esgoto”.

Em 17 de junho de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 29 de 13 de junho de 2024 que aprovou o Plano de Fiscalização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) do serviço de saneamento básico de água e esgoto.

Em 12 de setembro de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 38 de 11 de setembro de 2024, a qual aprova a versão final do Manual de Revisão Tarifária dos serviços de saneamento básico de água e esgoto - NOTA TÉCNICA nº 7/2024-CSB/DRE-AGEPAR.

Em 27 de novembro de 2024, a Agepar publicou a Resolução nº 45 de 21 de novembro de 2024, que alterou o Anexo Único da Resolução Agepar nº 20/2024 – Cronograma para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.

Em 13 de dezembro de 2024, a Agepar em sua 34ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor, deliberou pela abertura de Consulta Pública, para recebimento de contribuições a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª RTP) dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar.

Em 18 de dezembro de 2024, a Agepar, submeteu à Consulta Pública nº 11/2024, a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) dos serviços de água e esgoto (resultados parciais referentes aos temas Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis e Outras Receitas). E em 27 de janeiro de 2025 tornou público o Relatório Circunstanciado da consulta realizada.

Em 30 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração, em sua 3ª/2025 Reunião Extraordinária, autorizou o encaminhamento à Agepar do levantamento da Base de Remuneração Regulatória (BRR), data-base 31/12/2024 (com ativos imobilizados até 31/12/2023), referente à 3ª RTP.

A referida BRR se encontra em fase de fiscalização pela Agepar e pode sofrer alterações em função da análise da Agência.

Comentário do Desempenho

Em 25 de fevereiro de 2025, a Agepar tornou pública a análise das contribuições recebidas na Consulta Pública nº 11/2024, submetida em 18 de dezembro de 2024.

Em 27 de fevereiro de 2025, a Agepar publicou a Nota Técnica DRE/CSB nº 003/2025, referente à aplicação preliminar das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª RTP dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar, a qual torna público os resultados preliminares dos componentes do modelo econômico-financeiro, incluindo as definições preliminares para Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis, Outras Receitas, Custo Médio Ponderado do Capital (WACC), Custos Operacionais Eficientes (OPEX), Fator-X, Projeções de Mercado, Avaliação dos Investimentos Projetados, Anuidade Regulatória, Capital de Giro, Base de Remuneração Regulatória, Receita Verificada e Ajustes Compensatórios.

Em 15 de abril de 2025, a Agepar, em sua 6ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, aprovou a tarifa básica média da 3ª RTP para o Ciclo Tarifário 2025 a 2028, estabelecida em R\$ 6,83/m³ (seis reais e oitenta e três centavos por metro cúbico) de água tratada fornecida e esgoto coletado e tratado nos serviços de saneamento básico prestados pela Sanepar, o que representou um índice de correção de 3,7753%, aplicado de forma linear em toda a estrutura tarifária da Sanepar vigente.

A Nota Técnica e a Planilha do Modelo Econômico-Financeiro da 3ª RTP podem ser acessadas pelo endereço: <https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Audiencias-Publicas>

Tarifa Social

Em 03 de dezembro de 2024, a Agepar em sua 32ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor, deliberou pela abertura de Consulta Pública para recebimento de contribuições a respeito da atualização da estrutura tarifária dos serviços de saneamento de água e esgoto prestados pela Sanepar em observância à Lei Federal nº 14.898/2024, que instituiu diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional.

Em 09 de dezembro de 2024, a Agepar submeteu à Consulta Pública nº 10/2024, a proposta de Implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto instituída pela Lei Federal nº 14.898/2024, e em 21 de janeiro de 2025 tornou público o Relatório Circunstanciado da consulta realizada.

Em 30 de junho de 2025, a Agepar submeteu à Audiência Pública nº 002/2025 a Nota Técnica nº 009/2025 – AGEPAR/DRE/CSB, a qual contempla a proposta de implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto, instituída pela Lei Federal nº 14.898/2024, na estrutura tarifária dos serviços de saneamento básico da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Além disso, na referida audiência, a sociedade teve oportunidade de apresentar contribuições à Nota Técnica, as quais estão compiladas no Relatório Circunstanciado das Contribuições Recebidas, disponível no site Agência.

Em 21 de agosto de 2025, a Agepar publicou a Resolução nº 36/2025, que aprovou a criação da nova categoria de Tarifa Social de Água e Esgoto na estrutura tarifária da Sanepar, decorrente da Lei Federal nº 14.898/2024. Esta nova categoria possui um desconto de 50% em relação à categoria residencial, aplicado à faixa de consumo fixa (primeira faixa), e o valor do m³ correspondente será estendido aos primeiros 15 m³ consumidos, sendo o consumo excedente cobrado conforme a tarifa

Comentário do Desempenho

da categoria residencial, sem qualquer desconto. Para manutenção da tarifa média vigente de R\$ 6,83/m³, as tabelas tarifárias foram ampliadas em 2,7117%. O prazo para implantação da estrutura tarifária atualizada é de 120 dias. Demais informações sobre o tema estão disponíveis no site da Agepar em <https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Leis-e-Atos-3>.

A partir de 15 de dezembro de 2025, entrou em vigor a nova estrutura tarifária que implementou Tarifa Social de Água e Esgoto, decorrente da Lei Federal nº 14.898/2024, homologada pela Agepar por meio da Resolução nº 36/2025, de 21 de agosto de 2025.

Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT) 2026

Em 27 de fevereiro de 2026, a Companhia protocolou o pedido de Índice de Reajuste Tarifário anual (IRT 2026) junto à Agepar. Em reunião do Conselho Diretor da Agência, realizada no dia 13 de abril de 2026, foi homologado o percentual de reajuste tarifário de 2,4993%, a ser aplicado sobre a tarifa de equilíbrio, resultando na tarifa média de R\$7,0032/m³, conforme disposto na Resolução nº 23/2026-Agepar. O referido reajuste será aplicado a partir de 17 de maio de 2026.

4. AGENDA ASG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

A Companhia iniciou 2026 intensificando seu compromisso com a cultura organizacional de ética e integridade. Em janeiro, entrou em vigor a primeira revisão do Programa de Integridade para Terceiros da Sanepar desde sua implantação em 2023.

Duas das principais mudanças estão relacionadas à *due diligence*, processo no qual a Sanepar analisa dados públicos de empresas para confirmar informações e identificar possíveis riscos ou ilegalidades em seus relacionamentos comerciais. Houve padronização da faixa de valor para a realização dessa análise, feita em contratos acima de R\$ 2 milhões, e implementada a obrigatoriedade de diligência também nas contratações diretas. Outra mudança importante está no monitoramento de riscos, com questionário de identificação de riscos mais robusto.

No campo do desempenho setorial, o Instituto Trata Brasil divulgou, em 18 de março, o Ranking do Saneamento Nacional 2026. Seis cidades operadas pela Sanepar figuram entre as 20 melhores do país: Foz do Iguaçu, Maringá, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Londrina e Curitiba. Este resultado reflete uma trajetória de crescimento contínuo e robustez financeira; entre 2021 e 2025, a Companhia investiu mais de R\$ 9,5 bilhões em seus sistemas de água e esgoto. Somente no último ano, os investimentos nas seis cidades que se destacaram no ranking ultrapassaram R\$ 786 milhões.

Encerrando as ações do trimestre, a Sanepar celebrou o Dia Mundial da Água (22/03) mobilizando 350 voluntários em um mutirão de limpeza de rios em 11 cidades paranaenses. A iniciativa reforça o compromisso social da Companhia com a conscientização da população sobre a proteção dos mananciais, fator essencial para garantir a perenidade e a qualidade do abastecimento público.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (também identificada como “Companhia” ou “Sanepar”), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

No dia 28 de julho de 2020 foi sancionada a Lei nº 20.266/2020, que alterou o artigo 1º da Lei nº 4.684 de 24 de janeiro de 1963, autorizando a Companhia a atuar, inclusive no exterior, na exploração de serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes, resíduos sólidos domésticos e industriais, drenagem urbana, serviços relacionados a proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos, além de estar autorizada a comercializar a energia gerada em suas unidades, os serviços e direitos decorrentes de seus ativos patrimoniais e utilizar redes para instalação de fibras óticas. A Companhia poderá ainda participar, majoritária ou minoritariamente, de consórcios, fundos de investimentos ou sociedades com empresas públicas e privadas. A operação desses negócios poderá ser diretamente ou através de subsidiárias, por meio de sociedades de propósito específico ou outras espécies jurídicas de associação aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 - Brasil, Bolsa, Balcão), estando listada no Nível 2 de Governança Corporativa.

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

Quando do vencimento da concessão, o município deverá ressarcir à Companhia os valores dos ativos relacionados à concessão. Adicionalmente, em relação ao contrato com o município de Maringá, as partes (Município e Companhia) discutiram judicialmente a validade do termo aditivo que prorrogou a concessão com o município e, após percorridas todas as instâncias, com o julgamento do ARE nº 1363547 em 14/02/2025, transitou em julgado o acórdão proferido pela Quinta Câmara Cível do TJ/PR nos autos da Apelação Cível nº 867.874-2. A decisão judicial prevê que o Contrato de Concessão não se extinguirá até que a municipalidade efetue o pagamento da indenização devida à Companhia mediante cumprimento de sentença. Na data de 04/04/2025 o Município de Maringá peticionou nos autos da Ação Civil Pública nº 0009874-25.2009.8.16.0017 requerendo o início do processo de cumprimento da decisão, para a apuração dos valores devidos a título de indenização prévia. Ato contínuo, a Companhia reafirmou nos autos que a apuração dos valores a serem pagos pela municipalidade deverá

Notas Explicativas

ocorrer de forma judicial e, até que ocorra a referida indenização, a Companhia continuará prestando os serviços de água e esgoto, conforme previsto no v. acórdão proferido pela Quinta Câmara Cível do TJ/PR. Atualmente, o processo se encontra na fase de apresentação de documentos pelas partes, consoante dispõe o art. 510 do Código de Processo Civil.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Portanto, as Informações Contábeis Intermediárias estão também em conformidade com as IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Informações Contábeis Intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração.

As informações contábeis intermediárias foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 14 de maio de 2026.

2.2. Base de Mensuração e Apresentação

As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico, exceto pelas reavaliações reconhecidas, como base de valor, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos circulantes e não circulantes, conforme apresentado na nota explicativa de práticas contábeis.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas Notas Explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma, quando aplicável.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das Informações Contábeis Intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2026 são consistentes com as práticas descritas na Nota Explicativa 3 das Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram divulgadas em 26 de fevereiro de 2026.

Notas Explicativas

Novas normas, alterações e interpretações

As emissões e alterações de normas do *International Accounting Standards Board* ("IASB") e do *International Sustainability Standards Board* ("ISSB"), já divulgadas nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025, seguem sendo acompanhadas pela Companhia. No período findo em 31 de março de 2026, a Administração avaliou os efeitos das normas e alterações cuja vigência se iniciou em 1º de janeiro de 2026 e concluiu que não houve impactos materiais no reconhecimento, mensuração e apresentação das informações contábeis intermediárias da Companhia. Adicionalmente, a Companhia permanece avaliando os impactos das normas emitidas e ainda não vigentes, conforme segue:

▪ Normas IFRS S1 e IFRS S2 (ISSB) – CBPS 01 e CBPS 02 – Requisitos de Divulgação de Sustentabilidade e Riscos Climáticos: obrigatórias no Brasil para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2026, conforme Resolução CVM nº 193/2023. Essas normas não alteram os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação das informações contábeis, mas introduzem requerimentos adicionais de divulgação em relatório específico de sustentabilidade. A Companhia segue aprimorando seus processos de governança, coleta de dados e reporte, com foco nos riscos climáticos relevantes para o setor de saneamento básico, e continua avaliando os impactos sobre suas divulgações futuras;

▪ Alterações das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros (CPC 48 e CPC 40 R1): efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2026, passaram a ser aplicadas pela Companhia neste exercício. As alterações introduziram esclarecimentos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, inclusive quanto a determinados termos contratuais que podem alterar o valor dos fluxos de caixa por ocorrência de eventos contingentes. A Companhia avaliou os efeitos da adoção inicial dessas alterações, considerando a natureza de seus ativos e passivos financeiros, e não identificou impactos materiais na classificação e mensuração de seus instrumentos financeiros, tendo as alterações resultado em aprimoramentos pontuais nas divulgações, quando aplicáveis. A Companhia observa que o CPC deverá incorporar essas mudanças em futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1);

▪ Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11 (Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 29 – Resolução CVM nº 242/2026): efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2026, passaram a ser aplicadas pela Companhia neste exercício. As melhorias contemplaram alterações de escopo limitado nas normas aplicáveis à Companhia: IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (CPC 40 R1), IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 R2). A adoção dessas melhorias não ocasionou impactos relevantes nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia;

▪ Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (CPC 51): efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2027, com dados comparativos de 2026, não sendo permitida a adoção antecipada por companhias abertas no Brasil, conforme Resoluções CVM nº 237 e 238/2025. A Companhia destaca que os dados do exercício de 2026 servirão como período comparativo nas Demonstrações Contábeis de 2027, razão pela qual deu continuidade, no 1T26, à avaliação dos impactos e à adequação de seus sistemas e processos, com foco na nova estrutura da Demonstração do Resultado, que classificará todas as receitas e despesas em cinco categorias obrigatórias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, nas medidas de desempenho gerencial definidas pela Administração e nas alterações nas normas IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03 R2), IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) e IAS 33 – Resultado por Ação (CPC 41). Até a presente data, não foram identificados impactos materiais na mensuração de ativos, passivos ou resultados, sendo esperadas principalmente mudanças na apresentação das demonstrações contábeis e no nível de detalhamento das notas explicativas; e

Notas Explicativas

▪ *Projeto do IASB – Atividades Reguladas por Tarifas (Rate-regulated Activities)*: esta norma é relevante para a Companhia, considerando que atua em setor regulado com concessões e tarifas reguladas. A Companhia acompanha o desenvolvimento desta norma no IASB e seu eventual processo de endosso no Brasil.

Adicionalmente, outras alterações e melhorias emitidas pelo IASB e endossadas no Brasil, quando aplicável, poderão requerer ajustes de divulgação em períodos futuros, os quais vêm sendo avaliados pela Companhia.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia tem exposição a riscos financeiros, porém administrados ou mitigados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações, e estão descritos nesta Nota Explicativa.

4.1. Gestão de Risco Financeiro

Risco de Negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 concessões municipais no Estado do Paraná e 01 concessão municipal no Estado de Santa Catarina. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração até 2048, com exceção dos contratos de concessões de Andirá (não operado), o qual tem prazo de duração até 2032 e Maringá, o qual tem prazo de duração até 2040. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. No caso de encerramento dos contratos ou rescisão antes de seu término, o poder concedente deverá indenizar à Companhia os valores dos investimentos não amortizados relacionados a concessão, mediante avaliação. O processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela AGEPAR - Agência Reguladora do Paraná.

Risco de Crédito: a Companhia está exposta ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras (caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários e instituições financeiras) e contas a receber (crédito a clientes e saldos com partes relacionadas). A exposição máxima equivale ao valor contábil apresentado em 31 de março de 2026 e estão demonstrados nas Notas Explicativas 6, 9 e 19. Os riscos relativos aos clientes são mitigados pela sua composição contemplar uma base pulverizada e que abrange praticamente toda a população do Estado do Paraná. Considerando o tipo de negócio a Administração não efetua análise de crédito sobre a capacidade de pagamento do cliente, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência mediante aviso prévio entregue ao usuário, com antecedência mínima de trinta dias da data prevista para o corte. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração concentra esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com os municípios devedores e caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

Notas Explicativas

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos e outros passivos financeiros.

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos e financiamentos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos seria de R\$21.423 e R\$42.846 em 31 de março de 2026 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos e financiamentos de taxa variável conforme descrito a seguir:

Descrição	Indexador	+25%	-25%	+50%	-50%
Aplicações Financeiras	DI	48.617	(48.617)	97.234	(97.234)
Ativos		48.617	(48.617)	97.234	(97.234)
Caixa Econômica Federal	TR	(2.435)	2.435	(4.870)	4.870
BNDES-PAC2	TJLP	(608)	608	(1.216)	1.216
AVANÇAR BNDES	IPCA	(480)	480	(960)	960
FINAME BNDES	IPCA	(298)	298	(596)	596
FINEM BNDES	IPCA	(74)	74	(148)	148
Debêntures - 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP	(215)	215	(430)	430
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(109)	109	(218)	218
Debêntures - 7ª Emissão	TLP	(665)	665	(1.330)	1.330
Debêntures - 9ª Emissão - 2ª Série	DI	(1.393)	1.393	(2.786)	2.786
Debêntures - 10ª Emissão	IPCA	(1.984)	1.984	(3.968)	3.968
Debêntures - 11ª Emissão - 1ª Série	DI	(498)	498	(996)	996
Debêntures - 11ª Emissão - 2ª e 3ª Série	IPCA	(1.989)	1.989	(3.978)	3.978
Debêntures - 12ª Emissão - 1ª Série	DI	(1.555)	1.555	(3.110)	3.110
Debêntures - 12ª Emissão - 2ª Série	IPCA	(1.407)	1.407	(2.814)	2.814
Debêntures - 13ª Emissão	DI	(3.548)	3.548	(7.096)	7.096
Debêntures - 14ª Emissão	DI	(5.197)	5.197	(10.394)	10.394
Arrendamento Mercantil Operacional	DI	(1.527)	1.527	(3.054)	3.054
BANCO DO BRASIL - BB-NC1	DI	(3.212)	3.212	(6.424)	6.424
Passivos		(27.194)	27.194	(54.388)	54.388
Efeitos no Lucro antes da tributação		21.423	(21.423)	42.846	(42.846)

Os índices considerados para o período de 12 meses findos em 31 de março de 2026 foram, TR de 2,03% e a TJLP de 8,97% obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, o IPCA à taxa de 4,14% obtido junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o DI à taxa de 14,79% obtido junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e o IPC à taxa de 3,51% obtido junto à Fipe.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade à taxa de câmbio: apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção (hedge) do empréstimo em moeda estrangeira. Conforme dados do Banco Central do Brasil – BACEN, obtidos no Sistema de Expectativas de Mercado, o cenário provável para o próximo trimestre é aumento de 1,4235% na cotação do Dólar. Este cenário utiliza-se da taxa de câmbio média projetada para junho de 2026, em relação a última taxa PTAX informada na data de 31/03/2026.

Considerando o valor da dívida em moeda estrangeira de €33.446 mil (R\$201.066), o valor da cotação da moeda Euro como R\$6,0117 para 31 de março de 2026 (Ptax – Banco Central) e considerando a premissa de se manter o valor proporcional de U\$1,1518 para cada euro, considerando o dólar PTAX a R\$5,2937, estimamos o provável impacto de R\$2.862 e apresentamos a seguir a variação do câmbio em 25% e 50% para apreciação e depreciação em relação a exposição:

Efeito no resultado	Provável Impacto	+25%	-25%	+50%	-50%
Risco de variação do Euro (aumento de 1,4235%)	2.862	(50.267)	50.267	(100.534)	100.534

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na Nota Explicativa 13, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, reduzindo riscos de liquidez. Adicionalmente a Companhia possui Política de Dividendos e Política de Gestão de Risco de Tesouraria e Mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos: Em conformidade com a Política de Gestão de Risco, Tesouraria e Mercado da Companhia, visando mitigar os riscos relativos à exposição cambial, foram contratadas 3 instituições financeiras para realização de operações de proteção (hedge), sem caráter especulativo, quando do recebimento de recursos decorrentes de empréstimo do Banco KfW, por intermédio de troca (Swap) da variação da dívida em Euros + 1,35% de juros ao ano por um percentual do CDI. A Companhia não aplica a política contábil de “*hedge accounting*” para esse contrato, mensurando ao valor justo por meio do resultado, apresentado no resultado financeiro os efeitos desse instrumento financeiro derivativo. A dívida deste empréstimo está demonstrada na Nota Explicativa 13.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026 a Companhia possui contratos de Swap (Euro + juros X CDI) conforme demonstrado a seguir:

Instrumentos Financeiros - Contratos de Swap

Operação	Agente	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocial EUR	Valor Justo da Posição Ativa (em R\$)	Valor Justo da Posição Passiva (em R\$)	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap (em R\$)
1	Banco Itaú	28/11/2023	25/06/2026	2.181	13.053	11.901	1.152
2	Banco Bradesco	04/06/2024	25/06/2026	200	1.198	1.161	37
3	Banco Bradesco	04/06/2024	24/12/2026	2.381	14.111	13.636	475
4	Banco Itaú	04/06/2024	25/06/2027	2.381	13.914	13.449	465
5	Banco Itaú	04/06/2024	24/12/2027	2.381	13.733	13.308	425
6	Banco Itaú	04/06/2024	26/06/2028	2.381	13.575	13.190	385
7	Banco Itaú	04/06/2024	22/12/2028	2.381	13.402	13.086	316
8	Banco Itaú	04/06/2024	25/06/2029	2.381	13.230	12.982	248
9	Banco Itaú	04/06/2024	24/12/2029	1.513	8.309	8.208	101
10	Banco Santander	28/11/2024	24/12/2029	868	4.775	5.061	(286)
11	Banco Itaú	28/11/2024	25/06/2030	2.381	12.895	14.237	(1.342)
12	Banco Itaú	28/11/2024	24/12/2030	2.381	12.741	14.123	(1.382)
13	Banco Itaú	28/11/2024	25/06/2031	2.381	12.552	14.074	(1.522)
14	Banco Itaú	28/11/2024	24/12/2031	1.884	9.804	11.003	(1.199)
15	Banco Itaú	16/06/2025	24/12/2031	497	2.587	3.006	(419)
16	Banco Itaú	16/06/2025	25/06/2032	2.381	12.214	14.218	(2.004)
17	Banco Santander	16/06/2025	24/12/2032	2.380	11.948	13.996	(2.048)
TOTAL				33.333	184.041	190.639	(6.598)

4.2. Gestão de Risco de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação de capital ótima e um *rating* de crédito forte perante as instituições financeiras e agências de risco, a fim de suportar os negócios e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e financiamentos, emissão de notas promissórias e debêntures. Para o período findo em 31 de março de 2026, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, menos caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	7.280.863	7.392.664
Caixa e Equivalentes de Caixa	(5.359.482)	(5.608.131)
Dívida Líquida	1.921.381	1.784.533
Patrimônio Líquido	12.700.462	12.347.781
Relação Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,15	0,14

Notas Explicativas

4.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros estão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia e o valor justo é igual ao valor contábil, conforme a seguir:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações Financeiras	5.304.820	5.589.428
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	14.029
Depósitos Vinculados	269.792	259.725
Custo amortizado		
Caixa e Bancos	54.662	18.703
Contas a Receber de Clientes, líquido	1.319.158	1.283.338
Ativos Financeiros Contratuais	874.445	797.305
Outras Contas a Receber	249.889	146.579
Totais	8.072.766	8.109.107
Passivos		
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.598	-
Custo amortizado		
Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	7.280.863	7.392.664
Fornecedores	422.424	516.507
Outras Contas a Pagar	282.176	264.344
Totais	7.992.061	8.173.515

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos Bancários Livres	7.743	12.052
Depósitos Bancários Vinculados	46.919	6.651
	54.662	18.703
Aplicações Financeiras	5.304.820	5.589.428
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.359.482	5.608.131

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo, classificadas no nível 2 da hierarquia do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundo de renda fixa, aplicados em Fundo de Investimento Exclusivo (CNPJ 03.737.212/0001-44 – Caixa Exclusivo Sanepar I Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Caixa – Responsabilidade Limitada), Fundo de Investimento Exclusivo do Banco do Brasil (CNPJ 61.585.013/0001-64 - BB Sanepar Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa Longo Prazo - Responsabilidade Limitada) cuja carteira é composta em sua maioria de títulos públicos federais e pelos CDB's junto à Caixa (CNPJ 00.360.305/0001-04), com remuneração média de 100,4% do CDI (100,3% em 2025). As aplicações em CDB's possuem rentabilidade de 100,5% a 102,0% do CDI.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Contas a Receber Vincendas	453.743	426.150
Contas a Receber de Parcelamentos	329.055	347.692
Ajuste a Valor Presente	(49.174)	(52.777)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	338.492	340.306
	<u>1.072.116</u>	<u>1.061.371</u>
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	231.615	213.098
De 31 a 60 dias	75.458	73.031
De 61 a 90 dias	34.501	33.564
De 91 a 180 dias	69.323	63.852
Mais de 180 dias	743.816	711.379
Perdas Esperadas na Realização de Créditos	(907.671)	(872.957)
	<u>247.042</u>	<u>221.967</u>
Totais de Contas a Receber, líquidas	<u>1.319.158</u>	<u>1.283.338</u>
Circulante	1.219.931	1.175.286
Não Circulante	99.227	108.052

Apresentamos a seguir a composição do total das contas a receber, líquidas das perdas esperadas na realização de créditos:

Descrição	Contas a Receber	Provisão para Perdas	Ajuste a Valor Presente	31/03/2026	31/12/2025
Prefeituras Municipais	116.745	(54.823)	(30)	61.892	59.680
Particulares	2.136.507	(852.848)	(49.144)	1.234.515	1.204.708
Setor Federal	2.257	-	-	2.257	2.375
Setor Estadual	20.494	-	-	20.494	16.575
Saldos no Final do Período	<u>2.276.003</u>	<u>(907.671)</u>	<u>(49.174)</u>	<u>1.319.158</u>	<u>1.283.338</u>

b) A movimentação das perdas esperadas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Saldos no Início do Período	(872.957)	(636.354)
Valores Registrados como (Despesas)/Reversão	(34.714)	(236.603)
Saldos no Final do Período	<u>(907.671)</u>	<u>(872.957)</u>

c) O saldo de perdas esperadas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Clientes Particulares	(852.848)	(818.342)
Prefeituras Municipais	(54.823)	(54.615)
Totais	<u>(907.671)</u>	<u>(872.957)</u>

Notas Explicativas

d) O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. A movimentação do ajuste a valor presente foi a seguinte:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Saldos no Início do Período	(52.777)	(56.689)
Ajuste a Valor Presente	3.603	3.912
Saldos no Final do Período	(49.174)	(52.777)

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de Renda a compensar (1)	223.976	191.378
Totais	223.976	191.378
Circulante	223.976	191.378

(1) IRPJ no valor de R\$136.857 resultado da apuração do Saldo Negativo do cálculo do lucro real do exercício de 2025 e IRRF no valor de R\$87.119 provisionado sobre as aplicações financeiras da Companhia até o 1º trimestre de 2026.

8. DEPÓSITOS VINCULADOS

Os depósitos vinculados apresentam a seguinte composição:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Reservas mantidas na CAIXA (1)	164.742	151.467
Outros Convênios (2)	105.050	108.258
Totais	269.792	259.725
Circulante	105.050	108.258
Não Circulante	164.742	151.467

(1) Contas reservas vinculadas a contratos de financiamentos em montante suficiente para o cumprimento das cláusulas contratuais;

(2) Convênio de cooperação técnica e financeira firmado com a Itaipu Binacional para desenvolvimento do projeto "Gestão de Recursos Hídricos e Segurança Hídrica na Região Oeste do Paraná".

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Adiantamentos a Empregados	21.607	17.327
Pagamentos Reembolsáveis	2.664	2.189
Depósitos Dados em Garantia	2.533	2.119
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental (1)	221.171	122.962
Despesas Antecipadas	291	283
Títulos e Outros Créditos	1.623	1.699
Totais	249.889	146.579
Circulante	38.002	28.479
Não Circulante	211.887	118.100

(1) Antecipação de repasse aos Fundos Municipais de Saneamento e Gestão Ambiental, conforme previsto em contrato de programa.

Notas Explicativas**10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS**

A movimentação do Ativo Financeiro é a seguinte:

Descrição	31/12/2025	Adições	Receita de AVP	Despesa de AVP	31/03/2026
Investimento Não Amortizado	2.731.481	55.327	-	-	2.786.808
Ajuste a Valor Presente	(1.934.176)	(38.813)	60.626	-	(1.912.363)
Totais	797.305	(a) 16.514	60.626	-	874.445

(a) Valor transferido da conta de ativo imobilizado e intangível, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 12c).

A taxa de desconto equivalente aplicada para o cálculo do Ajuste a Valor Presente no período foi de 5,38% (5,66% em 2025) que representa o *spread* entre o IPCA projetado para o exercício e a taxa WACC e levou em consideração os prazos dos Contratos de Programa.

11. ATIVO DE CONTRATO

Apresenta a seguinte movimentação:

Descrição	31/12/2025	Adições	Capitalização de Juros	Baixas e Perdas	Transferências para Intangível	Requisição para Obras	31/03/2026
Projetos e Obras em Andamento	3.540.304	498.371	12.652	-	(270.023)	-	3.781.304
Estoques para Obras	122.424	50.420	-	-	-	(33.206)	139.638
Obras em Andamento PPP	23.068	8.903	-	-	(565)	-	31.406
Totais	3.685.796	557.694	12.652	-	(270.588)	(33.206)	3.952.348

No 1º trimestre de 2026 foi registrado como projetos e obras em andamento o montante de R\$557.694 (R\$461.360 no mesmo período de 2025), decorrente de: (i) ampliação de Sistema de Abastecimento de Água principalmente nos municípios de Umuarama, Piraquara, Castro e São José dos Pinhais; (ii) Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Curitiba, Arapongas, Cascavel, Castro e Assis Chateaubriand. Foram transferidos para o Ativo Intangível valores referentes a obras concluídas de ampliações de Sistema de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgoto principalmente nos municípios de Telêmaco Borba, Rio Branco do Sul, Medianeira, Foz do Iguaçu, Itaipulândia e Curitiba.

No 1º trimestre de 2026 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$12.652 (R\$12.538 no mesmo período de 2025). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização em relação ao total dos custos foi de 6,7% (7,1% no mesmo período de 2025).

Notas Explicativas**12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL****a) Imobilizado**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			31/03/2026	31/12/2025
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Bens de Uso Administrativo	440.190	(196.210)	243.980	244.228
Outras Imobilizações	9.004	(7.921)	1.083	1.602
Direito de Uso em Arrendamento	332.184	(145.614)	186.570	207.415
Totais	781.378	(349.745)	431.633	453.245

Por Natureza				31/03/2026	31/12/2025
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	2.942	-	2.942	2.921
Construções Civas	*1,84%	135.264	(31.646)	103.618	103.214
Benfeitorias	*2%	11.384	(1.278)	10.106	10.083
Instalações	*5,83%	14.995	(6.293)	8.702	8.915
Equipamentos	*6,23%	115.005	(55.760)	59.245	59.593
Móveis e Utensílios	*7,14%	59.122	(31.528)	27.594	27.488
Equipamentos de Informática	*19,82%	49.445	(35.737)	13.708	13.146
Veículos	*13,05%	35.662	(19.717)	15.945	16.616
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	23.443	(21.174)	2.269	2.370
Ferramentas	*6,67%	1.789	(998)	791	816
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	143	-	143	668
Direito de Uso em Arrendamento	*3,87%	332.184	(145.614)	186.570	207.415
Totais		781.378	(349.745)	431.633	453.245

* Taxa Média Ponderada

Notas Explicativas**b) Intangível**

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			31/03/2026	31/12/2025
Descrição	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Sistemas de Água	8.301.953	(2.643.906)	5.658.047	5.540.841
Sistemas de Esgoto	8.818.050	(2.349.443)	6.468.607	6.443.371
Resíduos Sólidos	7.814	(7.814)	-	-
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(83.558)	41.562	42.031
Direito de Uso em Arrendamento	202.117	(37.962)	164.155	165.421
Sistemas de Informática em Implantação	124.409	-	124.409	120.623
Outros Ativos Intangíveis	488.652	(188.158)	300.494	290.040
Totais	18.068.115	(5.310.841)	12.757.274	12.602.327

Por Natureza				31/03/2026	31/12/2025
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	367.050	-	367.050	363.758
Poços	*3,10%	223.976	(51.315)	172.661	166.707
Barragens	*2,67%	295.671	(86.756)	208.915	208.250
Construções Cíveis	*2,59%	4.686.959	(1.063.074)	3.623.885	3.584.160
Benfeitorias	*2,67%	90.272	(12.781)	77.491	75.750
Tubulações	*2,64%	8.122.341	(2.384.563)	5.737.778	5.676.288
Ligações Prediais	*3,33%	1.238.931	(409.809)	829.122	812.014
Instalações	*5,83%	308.723	(155.587)	153.136	156.446
Hidrômetros	*10%	440.606	(172.608)	267.998	257.640
Macromedidores	*10%	10.818	(6.905)	3.913	4.062
Equipamentos	*6,23%	1.277.167	(535.755)	741.412	732.834
Móveis e Utensílios	*7,14%	8.561	(4.966)	3.595	3.483
Equipamento de Informática	*19,82%	106.659	(93.312)	13.347	14.048
Programas de Informática	*20%	324.223	(133.679)	190.544	185.640
Veículos	*13,05%	19.148	(15.684)	3.464	3.688
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	27.174	(25.651)	1.523	1.605
Ferramentas	*6,67%	400	(291)	109	112
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	*6,25%	4.823	(1.409)	3.414	3.487
Crédito de Carbono	100%	-	-	-	20
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	50.169	(35.177)	14.992	16.005
Concessão do Município de Curitiba (1)	*1,5%	125.000	(83.437)	41.563	42.031
Concessão do Município de Cianorte (2)	*5%	120	(120)	-	-
Bens Patrimoniais a Incorporar	-	12.798	-	12.798	8.256
Direito de Uso em Arrendamento	*7,24%	202.117	(37.962)	164.155	165.421
Sistemas de Informática em Implantação	-	124.409	-	124.409	120.622
Totais		18.068.115	(5.310.841)	12.757.274	12.602.327

* Taxa Média Ponderada

- (1) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa assinado em 6 de dezembro de 2001 e cuja concessão foi antecipadamente renovada em 5 de junho de 2018 mediante assinatura do contrato de programa em consonância com a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e demais atos legais pertinentes;
- (2) Direito de outorga do contrato de concessão onerosa com a Prefeitura Municipal de Cianorte, assinado em 07 de março de 2002, para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos. A continuidade da operação dos serviços foi autorizada em caráter precário pelo Decreto Municipal de Cianorte nº 3, de 12 de janeiro de 2023, pelo prazo até 30 de abril de 2025 ou até que seja regularizada a prestação de serviço no município nos termos da legislação vigente.

Notas Explicativas

Parceria Público-Privada:

Os ativos vinculados com os contratos de Parcerias Público-Privada (MRAE1 - Microrregião Centro-Litoral, MRAE2 – Microrregião Centro-leste e MRAE3 Microrregião Oeste) no montante de R\$901.632 referem-se a cessão pela Companhia da estrutura dos Sistemas de Esgoto Sanitário para a consecução dos respectivos contratos.

Em 31 de março de 2026 o valor contábil para cada categoria de ativos vinculados à Parceria Público-Privada registrado no Ativo Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				31/03/2026	31/12/2025
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Terrenos	-	13.816	-	13.816	12.902
Construções Cíveis	*2,59%	374.571	(65.728)	308.843	293.357
Benfeitorias	*2,67%	9.556	(1.017)	8.539	7.756
Tubulações	*2,64%	640.869	(155.781)	485.088	472.602
Ligações Prediais	*3,33%	64.369	(17.948)	46.421	45.938
Instalações	*5,83%	10.768	(4.685)	6.083	6.247
Macromedidores	*10%	7	(4)	3	4
Equipamentos	*6,23%	46.771	(14.272)	32.499	31.244
Móveis e Utensílios	*7,14%	20	(13)	7	5
Equipamentos de Informática	*19,82%	1.868	(1.852)	16	1
Proteção e Preservação Ambiental	*20%	447	(130)	317	321
Ativos de PPP		1.163.062	(261.430)	901.632	870.377

* Taxa Média Ponderada

No 1º trimestre de 2026 foram registrados R\$8.903 como investimentos relacionados com as Parcerias Público-Privada.

Arrendamentos:

A Companhia possui contratos de Arrendamentos, com as seguintes características:

(i) contrato de locação de ativos avaliado em R\$199.297 decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, pelo prazo de 240 (duzentos e quarenta) meses, cujo pagamento iniciou em fevereiro de 2017, com transferência substancial dos riscos e benefícios dos ativos os quais serão de propriedade da Companhia ao final do contrato; e

(ii) contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis, em que os riscos e benefícios da utilização dos bens permanecem com o arrendador. Estes contratos não ultrapassam o prazo de 5 anos.

As obrigações decorrentes destes contratos estão demonstradas na Nota Explicativa 13.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2026 o valor contábil para cada categoria de ativos sob compromisso de Arrendamento registrado no Ativo Imobilizado e Intangível está demonstrado a seguir:

Por Contas				31/03/2026	31/12/2025
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	
Construções Cíveis	1,67%	37.434	(5.487)	31.947	32.104
Tubulações	2,00%	147.315	(24.601)	122.714	123.450
Ligações Prediais	3,33%	8.226	(2.321)	5.905	5.973
Instalações	6,67%	309	(181)	128	134
Equipamentos	6,00%	6.013	(3.210)	2.803	2.897
Arrendamento - Litoral		199.297	(35.800)	163.497	164.558
Veículos	57,45%	148.689	(54.104)	94.585	109.838
Construções Cíveis	21,94%	64.567	(22.167)	42.400	43.091
Equipamentos	76,54%	3.553	(2.437)	1.116	1.512
Equipamentos de Informática	60,26%	118.195	(69.068)	49.127	53.837
Arrendamento - Direito de Uso		335.004	(147.776)	187.228	208.278
Totais		534.301	(183.576)	350.725	372.836
Imobilizado		332.184	(145.614)	186.570	207.415
Intangível		202.117	(37.962)	164.155	165.421

A Companhia registrou no resultado o montante de R\$3.489 referente a contratos de arrendamentos de baixo valor e de curto prazo (inferiores a 12 meses).

Os Ativos decorrentes de contratos de arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:

Ativo	31/12/2025	Entradas	Amortizações	31/03/2026
Arrendamento - Litoral	164.558	-	(1.061)	163.497
Veículos (1)	109.838	(1.462)	(13.791)	94.585
Construções Cíveis	43.091	2.490	(3.181)	42.400
Equipamentos (1)	1.512	(106)	(290)	1.116
Equipamentos de Informática	53.837	731	(5.441)	49.127
Saldo	372.836	1.653	(23.764)	350.725

(1) Saldo reclassificado em função de renovação antecipada de Contrato.

Notas Explicativas

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no período de 2026:

Descrição	31/12/2025	Adições	Depreciações e Amortizações	Baixas e Perdas	Transferência de Obras	Transferências	31/03/2026
Imobilizado							
Terrenos	2.921	21	-	-	-	-	2.942
Construções Cíveis	103.214	-	(667)	-	1.071	-	103.618
Benfeitorias	10.083	-	(57)	-	80	-	10.106
Instalações	8.915	-	(213)	-	-	-	8.702
Equipamentos	59.593	849	(1.602)	-	-	405	59.245
Móveis e Utensílios	27.488	949	(843)	-	-	-	27.594
Equipamentos de Informática	13.146	1.622	(1.060)	-	-	-	13.708
Veículos	16.616	-	(671)	-	-	-	15.945
Máquinas, Tratores e Similares	2.370	-	(101)	-	-	-	2.269
Ferramentas	816	-	(25)	-	-	-	791
Bens Patrimoniais a Incorporar	668	(525)	-	-	-	-	143
Direito de Uso em Arrendamento	207.415	1.651	(22.496)	-	-	-	186.570
Totais Imobilizado	453.245	4.567	(27.735)	-	1.151	405	431.633
Intangível							
Terrenos	363.758	1.441	-	-	1.851	-	367.050
Poços	166.707	-	(667)	-	6.621	-	172.661
Barragens	208.250	-	(2.280)	-	3.039	(94)	208.915
Construções Cíveis	3.584.160	6.668	(31.169)	-	68.471	(4.245)	3.623.885
Benfeitorias	75.750	251	(640)	-	2.455	(325)	77.491
Tubulações	5.676.288	4.613	(51.553)	-	119.101	(10.671)	5.737.778
Ligações Prediais	812.014	-	(10.378)	(85)	28.750	(1.179)	829.122
Instalações	156.446	95	(4.394)	-	989	-	153.136
Hidrômetros	257.640	7	(10.436)	(557)	21.344	-	267.998
Macromedidores	4.062	-	(149)	-	-	-	3.913
Equipamentos	732.834	9.496	(17.021)	(291)	16.799	(405)	741.412
Móveis e Utensílios	3.483	220	(108)	-	-	-	3.595
Equipamentos de Informática	14.048	115	(833)	-	17	-	13.347
Programas de Informática	185.640	16.809	(11.905)	-	-	-	190.544
Veículos	3.688	-	(224)	-	-	-	3.464
Máquinas, Tratores e Similares	1.605	-	(82)	-	-	-	1.523
Ferramentas	112	-	(3)	-	-	-	109
Direitos de Uso e Linhas de Transmissão	3.487	-	(73)	-	-	-	3.414
Crédito de Carbono	20	-	-	(20)	-	-	-
Proteção e Preservação Ambiental	16.005	-	(1.013)	-	-	-	14.992
Concessão do Município de Curitiba	42.031	-	(468)	-	-	-	41.563
Bens Patrimoniais a Incorporar	8.256	4.542	-	-	-	-	12.798
Direito de Uso em Arrendamento	165.421	2	(1.268)	-	-	-	164.155
Sistemas de Informática em Implantação	120.622	3.787	-	-	-	-	124.409
Total Intangível	12.602.327	48.046	(144.664)	(953)	269.437	(16.919)	12.757.274
Total Geral	13.055.572	52.613	(172.399)	(953)	(a) 270.588	(b) (16.514)	13.188.907

(a) Valor transferido da conta Ativo de Contrato (nota explicativa 11);

(b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, líquido do Ajuste a Valor Presente do período (nota explicativa 10).

Notas Explicativas

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES, ARRENDAMENTOS E PPP

a) A composição de empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e PPP é a seguinte:

Descrição	Taxa de Juros Anual	Indexador	31/03/2026			31/12/2025		
			Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Em Reais:								
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 0,88%	-	153.599	-	153.599	170.535	149.906	320.441
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	157.580	-	157.580	152.007	-	152.007
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	-	-	-	67.966	-	67.966
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	25.406	8.424	33.830	25.247	14.640	39.887
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	18.763	6.226	24.989	18.475	10.721	29.196
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	491.535	-	491.535	5.269	483.378	488.647
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	29.107	399.519	428.626	13.046	399.408	412.454
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	-	275.786	275.786	2.748	271.531	274.279
BNDES - PAC2	TJLP + 1,67% a 2,05%	-	51.712	60.597	112.309	61.211	69.083	130.294
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	20.236	288.494	308.730	19.819	293.150	312.969
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	1.078	134.345	135.423	890	91.110	92.000
Arrendamento Direito Uso	13,87%	-	118.223	114.115	232.338	118.359	130.986	249.345
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	17.562	597.715	615.277	43.033	597.514	640.547
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	8	213.773	213.781	2.384	210.195	212.579
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	3.705	363.494	367.199	9.320	357.723	367.043
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	2.855	30.981	33.836	2.764	31.645	34.409
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	6.554	71.286	77.840	6.347	72.813	79.160
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	1.698	19.091	20.789	1.671	19.185	20.856
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	3.889	43.821	47.710	3.828	44.036	47.864
Banco do Brasil - NCE 1º Emissão	100% do DI	-	42.815	315.385	358.200	57.476	334.035	391.511
BNDES - AVANÇAR	3,59% a 5,60%	IPCA	22.912	310.588	333.500	20.054	277.215	297.269
BNDES - FINEM	7,86%	IPCA	409	51.656	52.065	420	51.063	51.483
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	171.018	2.434.309	2.605.327	163.724	2.301.584	2.465.308
Total em Reais			1.340.664	5.739.605	7.080.269	966.593	6.210.921	7.177.514
Em Moeda Estrangeira:								
Banco KfW	1,35%	EURO	29.234	171.360	200.594	30.736	184.414	215.150
Total em Moeda Estrangeira			29.234	171.360	200.594	30.736	184.414	215.150
Saldo no Final do Período			1.369.898	5.910.965	7.280.863	997.329	6.395.335	7.392.664
Empréstimos e Financiamentos			319.178	3.478.240	3.797.418	334.511	3.308.504	3.643.015
Debêntures			912.261	2.030.116	2.942.377	524.640	2.662.695	3.187.335
Arrendamentos			138.459	402.609	541.068	138.178	424.136	562.314

* IPCA como componente variável da TLP

Dívida em Moeda Estrangeira:

Em 11 de dezembro de 2017 a Companhia assinou contrato de Empréstimo com o Banco KfW no valor de €50 milhões, sendo que a primeira liberação de recursos ocorreu em agosto de 2019. Até o 1º trimestre de 2026 foi liberado o montante de €50 milhões e amortizado o montante de €16.667 mil. Na data de 31 de março de 2026 havia 17 operações de Swap vigentes, totalizando o valor nocional de €33.333 mil para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para 81,63% do CDI (média ponderada), o que representa o percentual de 12,07% a.a., considerando o CDI acumulado de 14,79% nos últimos 12 meses.

Adicionalmente, em 25 de março de 2026, a Companhia assinou um novo contrato de financiamento com o banco de desenvolvimento alemão KfW, no montante de € 50 milhões. Os recursos destinam-se à segunda fase do programa Paraná Bem Tratado, focado na ampliação de estações de tratamento de esgoto, tratamento de lodo e produção de biogás. A operação é sustentada exclusivamente pela capacidade financeira da Companhia, sem exigência de garantias da União ou do Estado do Paraná, e contará com o aporte de 20% do valor total do projeto a título de contrapartida própria da Sanepar.

Notas Explicativas

Arrendamentos:

As obrigações decorrentes de Arrendamentos são alocadas a encargos financeiros e redução do passivo correspondente, refletindo em uma taxa de juros periódica e constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os passivos de Arrendamentos possuem as seguintes características:

(i) O contrato de locação de ativos decorrentes da ampliação do sistema de esgotamento sanitário dos municípios de Matinhos e Pontal do Paraná (Arrendamento – Litoral), prevê atualização monetária anual do saldo devedor atrelado ao IPC-FIPE durante a vigência do contrato. A taxa incremental aplicada no reconhecimento inicial deste contrato foi realizada no período em que ocorreram as entregas das etapas contratuais, sendo a taxa média ponderada de 11,1%; e

(ii) Os contratos de locação de veículos, bens móveis e imóveis (Arrendamento – Direito de Uso), não possuem prazo contratual superior a 5 anos. A taxa incremental (média ponderada) aplicada aos passivos destes arrendamentos varia de acordo com o período em que são assinados, momento em que é realizado o respectivo registro contábil inicial. Em 1º de janeiro de 2019 a taxa média ponderada incremental aplicada aos contratos foi de 6,88%. Em 31 de março de 2026 a taxa média ponderada foi de 13,87%. A Companhia não tem pagamentos de aluguel variável nos seus contratos de arrendamento, também não tem operação de venda e transação de “leaseback” de ativos.

O passivo de arrendamentos reconhecido contabilmente pela Companhia está bruto de PIS/COFINS, e apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2025	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	31/03/2026
Arrendamento - Litoral	312.969	-	-	8.305	(12.544)	308.730
Arrendamento - Direito de Uso	249.345	1.653	-	6.108	(24.768)	232.338
Totais	562.314	1.653	-	14.413	(37.312)	541.068
Circulante	138.178					138.459
Não Circulante	424.136					402.609

Em 31 de março de 2026 o valor presente das obrigações financeiras futuras mínimas referente aos Arrendamentos está demonstrado a seguir:

			31/03/2026	31/12/2025
Descrição	Pagamentos Futuros Mínimos	Encargos Financeiros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros	Valor Presente dos Pagamentos Futuros
Arrendamento - Litoral				
Menos de um ano	49.716	(29.480)	20.236	19.819
Mais de um ano e menos de cinco anos	200.700	(107.349)	93.351	90.965
Acima de cinco anos	257.909	(62.766)	195.143	202.185
Subtotal	508.325	(199.595)	308.730	312.969
Arrendamento - Direito de Uso				
Menos de um ano	141.727	(23.504)	118.223	118.359
Mais de um ano e menos de cinco anos	132.206	(18.091)	114.115	130.986
Subtotal	273.933	(41.595)	232.338	249.345
Totais	782.258	(241.190)	541.068	562.314

Notas Explicativas

O passivo de arrendamento de direito de uso foi mensurado considerando a taxa incremental, com a incorporação de inflação projetada, e apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/03/2026
Arrendamento - Litoral	371.672
Veículos	108.405
Bens Móveis	57.958
Bens Imóveis	51.027
Total	589.062

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a taxa incremental e inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos dos arrendamentos de direito de uso e litoral:

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032 a 2036	Total
Arrendamento-Litoral	38.540	53.198	55.202	57.198	59.246	61.366	290.590	615.340
Veículos	46.713	54.846	23.264	-	-	-	-	124.823
Bens Móveis	18.305	22.084	11.557	11.874	11.338	-	-	75.158
Bens Imóveis	7.538	11.701	13.762	16.097	19.048	5.285	-	73.431
Total	111.096	141.829	103.785	85.169	89.632	66.651	290.590	888.752

Parceria Público-Privada:

O passivo da parceria público-privada reconhecido contabilmente pela Companhia apresenta a seguinte movimentação:

Passivo	31/12/2025	Entradas	Atualização Monetária	Encargos Financeiros	Pagamentos	31/03/2026
Parceria Público-Privada - PPP	-	8.903	-	-	(8.903)	-
Totais	-	8.903	-	-	(8.903)	-
Circulante	-	-	-	-	-	-

A composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e parceria público-privada da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	31/03/2026	31/12/2025
TR	2.605.327	2.465.308
TJLP	146.139	170.181
IPCA	2.074.453	1.994.785
DI	1.713.282	1.984.926
IPC-FIPE	308.730	312.969
EURO	200.594	215.150
Sem Correção Monetária	232.338	249.345
Totais	7.280.863	7.392.664

Notas Explicativas

b) O cronograma de amortização é o seguinte:

Descrição	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Debêntures 4ª Emissão	33.173	25.646	-	-	-	-	-	-
Debêntures 7ª Emissão	11.455	14.157	14.159	14.159	14.159	14.159	14.159	14.159
Debêntures 9ª Emissão	157.580	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures 10ª Emissão	-	491.535	-	-	-	-	-	-
Debêntures 11ª Emissão	9	-	-	275.786	-	213.772	-	-
Debêntures 12ª Emissão (1)	7.303	150.000	-	-	-	-	363.495	-
Debêntures 13ª Emissão	29.107	-	399.519	-	-	-	-	-
Debêntures 14ª Emissão	17.561	-	-	-	597.716	-	-	-
Subtotais Debêntures	256.188	681.338	413.678	289.945	611.875	227.931	377.654	14.159
BNDES - PAC2	42.715	34.476	29.602	5.516	-	-	-	-
BNDES - AVANÇAR	17.417	22.394	22.343	22.306	22.306	22.306	22.306	22.306
BNDES - FINAME	1.078	406	7.961	17.684	19.192	19.192	19.192	19.192
BNDES - FINEM	409	-	185	3.234	3.234	3.234	3.234	3.234
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	24.165	37.100	37.100	37.100	37.100	37.100	37.100	37.100
Caixa Econômica Federal	129.537	168.259	185.176	192.534	192.471	189.953	139.824	140.505
Banco KfW	29.233	28.552	28.526	28.526	28.526	28.602	28.629	-
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	244.554	291.187	310.893	306.900	302.829	300.387	250.285	222.337
Arrendamento - Litoral	17.118	19.522	21.627	23.982	26.622	29.580	32.900	36.627
Arrendamento - Direito de Uso	98.481	72.438	34.680	16.607	10.132	-	-	-
Subtotais Arrendamentos	115.599	91.960	56.307	40.589	36.754	29.580	32.900	36.627
Totais	616.341	1.064.485	780.878	637.434	951.458	557.898	660.839	273.123
Descrição	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040 a 2048	Total
Debêntures 4ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	58.819
Debêntures 7ª Emissão	14.159	14.159	14.159	14.159	12.973	-	-	180.175
Debêntures 9ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	157.580
Debêntures 10ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	491.535
Debêntures 11ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	489.567
Debêntures 12ª Emissão (1)	-	-	-	-	-	-	-	520.798
Debêntures 13ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	428.626
Debêntures 14ª Emissão	-	-	-	-	-	-	-	615.277
Subtotais Debêntures	14.159	14.159	14.159	14.159	12.973	-	-	2.942.377
BNDES - PAC2	-	-	-	-	-	-	-	112.309
BNDES - AVANÇAR	22.306	22.306	22.306	22.306	22.306	22.306	25.980	333.500
BNDES - FINAME	18.786	11.231	1.509	-	-	-	-	135.423
BNDES - FINEM	3.234	3.234	3.234	3.234	3.234	3.234	15.897	52.065
Banco do Brasil - NCE 1ª Emissão	37.100	37.233	2	-	-	-	-	358.200
Caixa Econômica Federal	136.370	143.162	148.773	142.797	124.689	126.588	444.689	2.605.327
Banco KfW	-	-	-	-	-	-	-	200.594
Subtotais Empréstimos e Financiamentos	217.796	217.166	175.824	168.337	150.229	152.128	486.566	3.797.418
Arrendamento - Litoral	40.813	42.063	17.876	-	-	-	-	308.730
Arrendamento - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	232.338
Subtotais Arrendamentos	40.813	42.063	17.876	-	-	-	-	541.068
Totais	272.768	273.388	207.859	182.496	163.202	152.128	486.566	7.280.863

- (1) Em fevereiro de 2022 a Companhia realizou captação no mercado de capitais, de R\$600.000 para complementação do plano de investimentos, dividido em duas séries de R\$300.000 cada, sendo a primeira série institucional e a segunda série incentivada. A primeira série tem vencimento final de 5 anos, com repactuação após 30 meses, contado da data de emissão das debêntures, que ocorreram em 15/01/2022. A segunda série tem o vencimento em 10 anos. Houve repactuação da taxa da 1ª série, passando de CDI+1,08% ao ano para CDI+0,88% ao ano, a partir de 15 de julho de 2024, conforme Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de 12ª emissão de Debêntures.

Notas Explicativas**c) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos apresentam a seguinte movimentação:**

Descrição	31/03/2026		31/03/2025	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldos no início do período	997.329	6.395.335	584.638	6.046.697
Liberações	-	241.079	-	106.165
Juros e Taxas sobre Financiamentos	147.669	-	128.089	-
Variações Monetárias sobre Financiamentos	-	41.023	-	47.322
Transferências	767.698	(767.698)	303.983	(303.983)
Amortizações	(552.936)	-	(324.765)	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	419	1.226	993	592
Variações Cambiais	(15.250)	-	(7.782)	-
Juros e Atualizações Monetárias Arrendamentos	14.413	-	12.076	-
Juros e Atualizações Monetárias PPP	-	-	152	-
Arrendamentos	1.653	-	13.476	-
Parceria Público-Privada PPP	8.903	-	1.590	-
Saldos no final do período	1.369.898	5.910.965	712.450	5.896.793

d) Os principais eventos no período foram os seguintes:

No 1º trimestre de 2026 a Companhia obteve e amortizou recursos de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Indexador	Liberações	Amortizações
Debêntures 4ª Emissão	-	(12.140)
Debêntures 7ª Emissão	-	(6.887)
Debêntures 10ª Emissão	-	(11.183)
Debêntures 11ª Emissão	-	(80.694)
Debêntures 12ª Emissão	-	(184.297)
Debêntures 14ª Emissão	-	(47.667)
BNDES - PAC2	-	(21.164)
BNDES - AVANÇAR	37.789	(8.055)
BNDES - FINAME	42.041	(1.533)
BNDES - FINEM	-	(981)
Banco do Brasil - Notas Comerciais Escriturais 1ª Emissão	-	(46.161)
Caixa Econômica Federal	161.249	(85.959)
Subtotal	241.079	(506.721)
Arrendamentos (1)	1.653	(37.312)
Parceria Público-Privada PPP (2)	8.903	(8.903)
Totais	251.635	(552.936)

(1) Liberações representam direito de uso (sem impacto no caixa e equivalentes de caixa);

(2) Liberações representam entrada de ativos vinculados à PPP (sem impacto no caixa e equivalente de caixa).

Notas Explicativas

e) Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants (Informações não auditadas e não revisadas pelos auditores independentes)

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão demonstrados a seguir:

(i) Covenants de contratos do BNDES, da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite	Faixa
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5	Inferior a 1,5 e igual ou maior que 1,2
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0	Igual ou inferior a 3,8 e maior que 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0	Igual ou inferior a 1,3 e maior que 1,0

(ii) Covenants dos contratos da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª Emissão de Debêntures

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

(iii) Covenants de contratos da Caixa Econômica Federal

Índice	Limite
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 1,0

(iv) Covenants do contrato do Banco KfW

Índice	Limite
EBITDA / Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA	Igual ou inferior a 3,0
Outras Dívidas Onerosas / EBITDA	Igual ou inferior a 1,0
Grau de Endividamento	Igual ou inferior a 60%

(v) Covenants do contrato do Banco do Brasil – NCE 1ª Emissão

Índice	Limite
EBITDA ajustado/ Serviço da Dívida	Igual ou superior a 1,5
Dívida Bancária Líquida / EBITDA ajustado	Igual ou inferior a 3,0

Para os contratos de financiamentos do BNDES, incluindo os novos contratos denominados “Avançar”, BNDES FINAME 2023, BNDES FINEM 2024 e da 4ª e 7ª Emissão de Debêntures, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência dos contratos de financiamento os índices limites, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 (doze) meses. No caso dos contratos BNDES Avançar I, II, FINAME 2023 e FINEM 2024, deverão atender somente o item covenant EBITDA / Serviço da Dívida.

Notas Explicativas

Caso um ou mais de um dos *Covenants* da Companhia apresentem por no mínimo 02 (dois) trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de 12 meses os índices dentro da Faixa acima indicada, o valor mensal relativo à parcela dos direitos cedidos fiduciariamente nos termos da Cláusula “Cessão Fiduciária de Direitos” relativa a cada um dos contratos será automaticamente acrescido de 20% (vinte por cento).

Em relação aos contratos do item (ii), da 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo que as mesmas não conferem qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deverá manter, durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação aos contratos do item (iii) da Caixa Econômica Federal, relacionados à 3ª fase da Instrução Normativa 14, em conformidade com a Cláusula Décima Sexta dos referidos contratos, e das Instruções Normativas 22 e 29, em conformidade com a Cláusula Trigésima Segunda dos referidos contratos, a Companhia deverá manter durante toda a vigência e até o vencimento final os índices apontados acima.

Em relação ao contrato do Banco KfW, conforme item 11.11 do contrato de empréstimo, a Companhia deverá manter durante toda a vigência do contrato os índices estipulados acima.

Em relação ao contrato do item (v) referente ao Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, de Distribuição Privada, da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, deverá manter os índices mencionados conforme descrito no item Y, da cláusula 8ª, a qual também prevê que deverá ser desconsiderado o efeito extraordinário decorrente do registro contábil do Precatório a Receber referente à ação judicial contra a União sobre a Imunidade Tributária Recíproca de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ.

Em 31 de março de 2026, a Companhia atende integralmente as cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das notas comerciais do Banco do Brasil, debêntures, financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica Federal e do Banco KfW.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Imposto de Renda a Pagar	40.913	-
Contribuição Social a Pagar	18.410	1.161
COFINS a Pagar	42.656	42.984
PASEP a Pagar	9.072	9.146
IPTU a Pagar	327	45
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	19.421	48.557
Totais dos Impostos e Contribuições	130.799	101.893
Circulante	130.799	101.893

Notas Explicativas**15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado**

Descrição	31/03/2026		31/03/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	598.579	598.579	1.149.350	1.149.350
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(149.645)	(53.872)	(287.338)	(103.442)
Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT (1)	6.903	-	2.354	-
Incentivo Empresa Cidadã (2)	99	-	75	-
Provisão Passivo Regulatório	(37.452)	(13.483)	(722.685)	(260.167)
Receita Precatórios a Receber - Ação IRPJ	-	-	1.050.886	378.319
Doações Incentivos Fiscais	(798)	(287)	(558)	(200)
Outros	2.793	(156)	1.411	(12)
Totais das Despesas	(178.100)	(67.798)	44.145	14.498
Totais do Imposto de Renda e Contribuição Social	(245.898)		58.643	
Alíquota Efetiva	41,1%		-5,1%	

(1) De acordo com a Lei nº 6.321, de 14/04/1976;

(2) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Imposto de Renda	(169.258)	(57.328)
Contribuição Social	(64.506)	(21.928)
Constituição/Realização do Imposto de Renda Diferido	(8.842)	101.473
Constituição/Realização da Contribuição Social Diferida	(3.292)	36.426
Totais	(245.898)	58.643

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido são divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas**c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

Descrição	Prazo Estimado de Realização	31/03/2026				31/12/2025
		Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	23 anos	1.912.363	478.091	172.112	650.203	657.620
Redução Valor Recuperável Ativos - Resíduos Sólidos	16 anos	25.542	6.386	2.299	8.685	8.764
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	1.159.024	289.756	104.312	394.068	389.467
Arrendamento - Litoral (Ativo)	11 anos	308.730	77.182	27.786	104.968	106.410
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7 anos	4.163	1.041	375	1.416	1.416
Redução Valor Recuperável Ativos - Água Industrial	5 anos	7.362	1.840	663	2.503	2.526
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	567.963	141.991	51.116	193.107	187.530
Arrendamento - Direito de Uso (Ativo)	5 anos	232.338	58.085	20.910	78.995	84.777
AVP de Contas a Receber	5 anos	49.174	12.293	4.426	16.719	17.944
AVJ - Investimentos Avaliados ao Valor Justo	5 anos	349	87	32	119	159
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	60.741	15.185	5.467	20.652	15.700
Provisão para Perdas Esperadas com Clientes - CPC 48	3 anos	148.844	37.211	13.396	50.607	54.790
Plano de Demissão Voluntária - PDV	1 ano	18.183	4.546	1.636	6.182	23.550
Provisão para PPR	1 ano	186.067	46.517	16.746	63.263	54.090
Valor Realizável Líquido de Estoque	1 ano	1	-	-	-	90
Totais			1.170.211	421.276	1.591.487	1.604.833
PASSIVO						
Mais Valia Imobilizado Aquisição CS Bioenergia	48 anos	4.016	1.004	361	1.365	1.384
AVP sobre Ativo Financeiro Contratual	23 anos	1.449.133	362.283	130.422	492.705	485.622
Reserva de Reavaliação	22 anos	62.675	15.669	5.640	21.309	21.772
Doações de Órgãos Públicos	20 anos	12.048	3.012	1.085	4.097	4.066
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	17 anos	89.179	22.295	-	22.295	22.599
Arrendamento - Litoral (Passivo)	11 anos	163.498	40.874	14.715	55.589	55.950
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	9 anos	5.711	1.428	514	1.942	1.963
Arrendamento - Direito de Uso (Passivo)	5 anos	187.227	46.807	16.850	63.657	70.815
Totais			493.372	169.587	662.959	664.171
Total Líquido			676.839	251.689	928.528	940.662

Notas Explicativas**d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de março de 2026, é a seguinte:

Períodos de Realização	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais
2026	112.414	40.469	152.883	23.606	8.139	31.745
2027	97.541	35.115	132.656	31.474	10.851	42.325
2028	143.192	51.549	194.741	31.474	10.851	42.325
2029	90.796	32.687	123.483	31.474	10.851	42.325
2030	101.419	36.511	137.930	33.815	11.694	45.509
2031 a 2033	144.792	52.125	196.917	66.339	22.444	88.783
2034 a 2036	129.264	46.535	175.799	66.013	22.327	88.340
2037 a 2039	107.725	38.781	146.506	54.443	18.162	72.605
2040 a 2042	116.978	42.112	159.090	54.443	18.162	72.605
2043 a 2045	63.045	22.696	85.741	50.488	18.175	68.663
2046 a 2048	63.045	22.696	85.741	49.278	17.740	67.018
2049 a 2051	-	-	-	63	23	86
2052 a 2054	-	-	-	63	23	86
2055 a 2057	-	-	-	63	23	86
2058 a 2060	-	-	-	63	23	86
2061 a 2063	-	-	-	63	23	86
2064 a 2066	-	-	-	63	23	86
2067 a 2069	-	-	-	63	23	86
2070 a 2072	-	-	-	63	23	86
2073 a 2074	-	-	-	21	7	28
Totais	1.170.211	421.276	1.591.487	493.372	169.587	662.959

16. RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia assinou o contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, com vigência a partir de março/2022, no montante de R\$17.800. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o 1º trimestre de 2026 foi de R\$890 (R\$890 no mesmo período de 2025). O saldo em 31 de março de 2026 é de R\$3.263 (R\$4.153 em 2025), totalmente registrado no passivo circulante.

Notas Explicativas**17. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS****a) Natureza das Provisões e dos Passivos Contingentes****(i) Trabalhistas**

As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia, de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária) e sindicatos, reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas. As principais ações que a Companhia se encontra envolvida são referentes à: i) plano de cargos e salários; ii) reintegração funcional; iii) equiparação salarial; e iv) integração do vale-alimentação.

(ii) Cíveis

As ações cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros. As principais ações que a Companhia está envolvida referem-se à: i) ressarcimento de custos incorridos pela substituição de material; ii) ações em massa por falta de água e iii) outros processos decorrentes de indenização referente à suspensão do contrato, acidentes de trânsito, danos materiais, lucros cessantes, entre outros.

(iii) Ambientais

A Companhia possui diversas ações ambientais, relacionadas a autos de infração emitidos por órgãos ambientais Municipais, Estadual e Federal, motivadas por diferentes não conformidades, apresentadas prioritariamente no processo de esgoto tais como: i) Vazamento e extravasamento de redes coletoras; ii) Deficiências no licenciamento ambiental e outorgas das Estações de Tratamento de Esgoto – ETE; iii) Lançamento de efluentes das estações de tratamento de esgoto em desacordo com os parâmetros exigidos pela legislação; e iv) Destinação incorreta dos resíduos (lodo) decorrentes do tratamento.

(iv) Tributárias

As ações tributárias relacionam-se, principalmente, a cobrança de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), taxas municipais e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) decorrente de divergências de interpretação da legislação. As principais ações de IPTU e taxas relacionam-se com questionamentos dos municípios de Curitiba e Londrina. E as principais ações de ISSQN relacionam-se com questionamentos dos municípios de Maringá e Pinhais.

b) Provisões

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Natureza	31/12/2025	Adições	Reversões	Pagamentos	31/03/2026
Ações Trabalhistas (i)	293.457	62.427	(32.650)	(24.777)	298.457
Ações Cíveis (ii)	230.037	32.568	(356)	(19.238)	243.011
Ações Ambientais (iii)	25.664	3.945	(2.140)	(3.074)	24.395
Ações Tributárias (iv)	2.402	3.014	(12)	(3.304)	2.100
Totais	551.560	101.954	(35.158)	(50.393)	567.963

Notas Explicativas

Principais eventos no período:

Complemento de provisões trabalhistas no montante de: i) R\$4.699, referente ação movida pelo Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, relativa a diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração; e ii) R\$57.728 referente a atualização dos valores provisionados de ações trabalhistas devido a decisões judiciais, bem como o registro de 11 novas ações no período, compensados pela redução das provisões trabalhistas (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$57.427, em razão do arquivamento e baixas parciais de processos, principalmente de ações movidas pelo Sindicato dos trabalhadores na Empresas de Saneamento no Estado do Paraná – SAEMAC e pelo Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de Curitiba e Região Metropolitana – STAEMCP no valor de R\$12.723.

Complemento de provisões cíveis (Adições) no montante de: i) R\$5.702 referente a ação de indenização por danos patrimoniais ao imóvel objeto de desapropriação do município de Andirá; ii) R\$2.526 referente ação movida pela DM Construtora de Obras Ltda relativa a reequilíbrio econômico-financeiro de Contrato de Obra; iii) R\$1.763 referente ação movida pela Construtora Itaú relativa a reequilíbrio econômico-financeiro de Contrato de Obra; e iv) R\$22.577 provisionamento de ações cíveis devido a decisões judiciais, bem como o registro de 11 novas ações no período, compensado pela redução das provisões cíveis (Reversões e Pagamentos) no valor de R\$19.594, referente a alterações nos valores provisionados e pelo encerramento de ações judiciais de indenização por danos morais e materiais, dentre elas destacam-se as indenizações por acidente de trânsito, corte, cobranças indevidas e refluxos de esgoto.

c) Passivos Contingentes

A Companhia baseada na natureza das ações nas quais está envolvida, e suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

Natureza	Passivos Contingentes	
	31/03/2026	31/12/2025
Ações Trabalhistas (i)	72.397	57.744
Ações Cíveis (ii)	1.625.819	1.431.802
Ações Ambientais (iii)	377.978	399.539
Ações Tributárias (iv)	62.214	52.935
Passivo Regulatório ¹	872.699	-
Totais	3.011.107	1.942.020

¹ Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20 (Provisão Passivo Regulatório), a Companhia mantém constituída, em 31 de março de 2026, provisão no montante de R\$3.455.249. Este saldo, classificado no Passivo Circulante, reflete o compartilhamento de 75% do ganho da ação de imunidade tributária do IRPJ para fins de modicidade tarifária. Este registro foi efetuado originalmente no 1T25, com base na Nota Técnica nº 07/2024 da Agepar vigente à época, que previa a proporção de 75% para os usuários e 25% para a Companhia.

Notas Explicativas

A Nota Técnica nº 01/2026 da Agepar, de 23 de março de 2026, propõe que o montante recebido pela Companhia da União “Precatório”, apurado em 01 de setembro de 2025 no valor de R\$3.944.392, líquido de tributos e honorários, proveniente do ganho de ação judicial de imunidade tributária do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) pela Companhia, seja integralmente destinado aos usuários da Companhia. A proposta visa a modicidade tarifária por meio de investimentos não onerosos e/ou descontos nas faturas dos clientes da Companhia, alterando a premissa anterior de compartilhamento de ganhos com recuperação de créditos fiscais prevista no Manual de Revisão Tarifária (Nota Técnica nº 07/2024 – AGEPAR – DRE/CSB).

Adicionalmente a Agepar informou a abertura de Consulta Pública sobre o tema, com prazo de 30 dias entre 27 de março de 2026 e 28 de abril de 2026, e de Audiência Pública a ser realizada no dia 29 de abril de 2026.

A Administração da Companhia firmou posicionamento contrário aos termos da referida Nota Técnica, inicialmente em reunião da Diretoria Executiva realizada em 24 de março de 2026, o qual foi corroborado e apoiado pelo Conselho de Administração em reunião ordinária de 26 de março de 2026. Visando preservar os interesses da Companhia, de seus acionistas e empregados, o Conselho deliberou, em reunião extraordinária de 02 de abril de 2026, pela adoção de medidas cabíveis, administrativas e/ou judiciais, em face da Agepar e dos termos da Consulta Pública.

Em 17 de abril de 2026, a Companhia ingressou junto ao Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública de Curitiba, com Mandado de Segurança, requerendo, entre outros: (i) a concessão de medida liminar para determinar a imediata suspensão dos efeitos jurídicos e procedimentais, consistente na instauração da Consulta Pública nº 1/2026 e da Audiência Pública nº 1/2026, ambas da Agepar, bem como para determinar que a mesma se abstenha de implementar o entendimento consubstanciado na Nota Técnica nº 01/2026-GTI até o julgamento final da presente impetração; (ii) subsidiariamente, na hipótese de não acolhimento do pedido anterior, determinação de suspensão imediata de todos os atos subsequentes de natureza processual e/ou decisória advindos das referidas Consulta e Audiência públicas; e (iii) a concessão da segurança, para declarar a nulidade do ato impugnado, preservando-se o regime jurídico aplicável à destinação dos valores nos termos vigentes à época de sua incorporação patrimonial.

Em 22 de abril de 2026, o respectivo juízo indeferiu o pedido liminar, fundamentando que a abertura de consulta e audiência públicas faz parte do processo regulatório padrão, constituindo etapa preparatória sem caráter decisório, o que autoriza o seu prosseguimento. O juízo indeferiu, ainda, o pedido subsidiário da Companhia para suspensão de atos decisórios subsequentes, justificando que a medida atingiria atos futuros sequer realizados, não sendo possível prever o desfecho da audiência.

Em 29 de abril de 2026, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, realizou a Audiência Pública nº 001/2026 a respeito da Nota Técnica nº 01/2026 sobre o tratamento regulatório do precatório recebido pela Sanepar. Os próximos passos do processo compreendem: (i) Análise das Contribuições recebidas na Audiência Pública, bem como as recebidas na Consulta Pública e apresentação da versão final da proposta de tratamento regulatório para o valor relacionado ao precatório; e (ii) Deliberação Final da Agepar. De posse dos documentos finais, o Conselho Diretor da Agência irá deliberar sobre o tratamento regulatório, com ou sem ajustes em relação ao documento proposto.

Notas Explicativas

Ainda em 29 de abril de 2026, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento N.º 0053613-06.2026.8.16.0000 em desfavor de Agepar – Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná e do Diretor Presidente da Agepar, em face da decisão de mov. 17.1, proferida nos Autos nº 0002738- 20.2026.8.16.0004, de Mandado de Segurança, que indeferiu a medida liminar que objetivava a suspensão dos efeitos jurídicos e procedimentais do ato coator, consistente na instauração da Consulta Pública nº 1/2026 e da Audiência Pública nº 1/2026 da Agepar, as quais tinham por objeto a Nota Técnica n.º 01/2026-GTI, que propõe a destinação integral dos recursos do precatório federal da Companhia à modicidade tarifária, bem como para que a Agepar se abstinhasse de implementar, por qualquer meio, o entendimento consubstanciado na referida Nota Técnica até o julgamento final da impetração.

Pugnou, ainda, pela concessão de antecipação da tutela recursal, para o fim de suspender a realização da Consulta e da Audiência ou, subsidiariamente, os atos subsequentes e a implementação de quaisquer atos decisórios pela Agepar sobre o tema até o julgamento do mérito recursal.

Em 30 de abril de 2026, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná indeferiu a liminar pleiteada, considerando que a Consulta Pública se encerrou no dia 28/04/2026 e a Audiência Pública já havia sido realizada em 29/04/2026, de modo que não existia mais interesse jurídico em suspender esses procedimentos. Quanto ao pedido subsidiário para suspender quaisquer atos ou decisões subsequentes resultantes da audiência, a justiça negou esse pedido, argumentando que a Nota Técnica da Agepar (que propõe destinar integralmente o precatório de R\$3.944.392 para a modicidade tarifária) é apenas uma proposta preparatória sem cunho decisório final. O objetivo da audiência pública é justamente colher contribuições e sugestões da sociedade para subsidiar a futura deliberação do Conselho Diretor, e que atos ou decisões subsequentes resultantes da audiência são atos futuros sequer realizados.

Neste contexto, a Administração da Sanepar, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que, no encerramento das Informações Contábeis Intermediárias referentes ao 1º trimestre de 2026, o montante de R\$872.699, diferença do compartilhamento para a modicidade tarifária de 75% para 100%, é classificado como probabilidade de perda Possível.

Notas Explicativas

d) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Natureza	Depósitos Judiciais	
	31/03/2026	31/12/2025
Ações Trabalhistas (i)	160.234	150.091
Ações Cíveis (ii)	197.208	207.174
Ações Ambientais (iii)	12.495	14.694
Ações Tributárias (iv)	9.756	12.398
Totais	379.693	384.357

Principais eventos no período de 2026:

Registro de novos depósitos judiciais e atualização monetária de natureza trabalhista no montante de R\$34.083 dos quais novos depósitos judiciais e atualização monetária se referem a: i) ações movidas pelo Sindicado dos Engenheiros do Estado do Paraná – SENGE, que estão relacionadas com diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, no montante de R\$6.376; e ii) ações trabalhistas e atualização monetária referente a equiparação e outras verbas de natureza salarial no montante de R\$27.707, compensados pelas baixas de depósitos judiciais de natureza trabalhista em virtude de encerramentos e levantamentos parciais no montante de R\$23.940.

Baixas de depósitos judiciais de natureza cível em virtude de encerramentos e levantamentos parciais no montante de R\$16.782, compensados pelo registro de novos depósitos judiciais e atualização no valor de R\$6.816, principalmente pela atualização monetária do depósito judicial referente a ação de Indenização por danos patrimoniais ao imóvel objeto de desapropriação do município de Andirá no valor de R\$2.628.

18. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria Fusanprev que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e acidente). No 1º trimestre de 2026 a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$11.875 (R\$11.885 no mesmo período de 2025) como contribuição à FUSAN.

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas pelo atuário responsável pelo plano previdenciário.

Notas Explicativas

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos empregados da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 66,4% pela patrocinadora e 33,6% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste trimestre, o montante de R\$30.026 (R\$27.761 no mesmo período de 2025).

Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução nº 110/22 da CVM, foi contratada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas, na referida data base.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	20.318	56.950	77.268	76.366
Não Circulante	284.460	797.296	1.081.756	1.069.126
Totais	304.778	854.246	1.159.024	1.145.492

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2026:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2026
Custo do Serviço Corrente	5.237	1.379	6.616
Custo dos Juros	152.674	94.740	247.414
Rendimento Esperado dos Ativos do Plano	(118.928)	-	(118.928)
Contribuições da Patrocinadora/Participantes	(24.747)	(56.226)	(80.973)
Totais	14.236	39.893	54.129

O montante de R\$54.129 foi estimado atuarialmente como variação esperada dos planos para o exercício de 2026, o qual está sendo registrado contabilmente pela Companhia em bases mensais, tendo sido apropriado no 1º trimestre de 2026 o montante de R\$13.532 (R\$14.139 no mesmo período de 2025). No final do exercício de 2026 será realizada uma nova revisão atuarial que determinará os ajustes contábeis necessários nos planos. Caso ocorram variações anormais nas regras do plano de aposentadoria e de assistência médica no decorrer do exercício, ou mesmo em sua base de participantes, a Companhia poderá realizar revisões atuariais intermediárias, o que não ocorreu até o momento.

Notas Explicativas

Plano de equacionamento do déficit do Plano de Previdência FusanPrev - 2021

Em 29/12/2022, o Conselho de Administração, na 23ª/2022 Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – Fusanprev apurado ao final do Exercício de 2021, no valor de R\$81.152 apurado de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit está sendo equacionado paritariamente pela Patrocinadora (Sanepar), participantes e assistidos do plano Fusanprev, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$40.576, a ser pago através de parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2023 e finalizando em dezembro de 2035, com o valor nominal aproximado de cada parcela mensal de R\$367. A amortização mensal das parcelas é pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 5,50% a.a. e atualizadas mensalmente, a partir da data base, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano FusanPrev.

O reflexo do déficit do Plano Fusanprev foi considerado na apuração das Obrigações Atuariais realizada por atuário independente e está reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a empregados.

Em 2026, foram amortizadas 3 parcelas no montante de R\$1.363 (R\$5.140 em 2024 e R\$5.385 em 2025). As parcelas de abril de 2023 a março de 2024 foram amortizadas utilizando o saldo do Fundo de Desligamento do plano Fusanprev no montante de R\$5.012, sem desencaixe financeiro para a Companhia.

Plano de equacionamento do déficit do Plano de Previdência FusanPrev - 2024

Em 25/11/2025, a Diretoria Executiva, na 46ª/2025 REDIR, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – Fusanprev apurado ao final do Exercício de 2024, no valor de R\$83.693, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Em conformidade com a Lei Complementar nº 109/2001 e com a Resolução CNPC nº 30/2018, o déficit será equacionado paritariamente pela Patrocinadora (Sanepar), participantes e assistidos do plano Fusanprev, sendo de responsabilidade da Companhia o valor de R\$41.167, a serem pagos em parcelas mensais, iniciando-se em abril de 2026 e finalizando em fevereiro de 2038, com o valor nominal aproximado de cada parcela mensal de R\$386, acrescida da taxa anual de juros atuarial. A amortização mensal das parcelas é pela Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 5,31% a.a., a partir da data base 31/12/2024, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a ser utilizado no Plano FusanPrev.

O reflexo do déficit do Plano Fusanprev foi considerado na apuração das Obrigações Atuariais realizada por atuário independente e está reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a empregados.

Notas Explicativas**19. PARTES RELACIONADAS****a) Saldos e transações com Partes Relacionadas**

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com os preços de mercado.

Apresentamos a seguir os saldos e transações com Partes Relacionadas:

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2025
Estado do Paraná								
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	109.888	109.888	-	-	-	-
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	50.551	45.794	-	-
Contas a Receber	20.494	16.575	-	-	-	-	-	-
Municípios								
Serviços de Resíduos Sólidos	-	-	-	-	5.347	4.069	-	-
Serviços de Cobrança Taxa Coleta de Lixo	-	-	-	-	6.875	6.443	-	-
Serviços de Água e Esgoto	-	-	-	-	38.601	33.224	-	-
Contas a Receber	61.892	59.680	-	-	-	-	-	-
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	-	-	35.240	29.271	-	-	38.559	34.924
Fundações Sanepar								
Aluguel de Imóvel	-	-	-	-	9	-	183	165
Contribuições Patronais	-	-	-	-	-	-	44.949	39.646
Tecpar								
Caução Contratual	-	-	115	-	-	-	-	-
ISO e plano segurança da água	-	-	-	-	-	-	-	5
Celepar								
Sistema e-Protocolo, entre outros	-	-	30	17	-	-	45	41
Solução Colaboração Google Wokspace	20.940	21.521	16.829	19.156	-	-	1.047	-
Juros a Receber	-	12	-	-	-	-	-	-
Simepar								
Plano segurança hídrica e outros	-	-	628	222	-	-	1.942	958
Plataforma Infohidro	187	-	62	-	-	-	-	-
Ceasa								
Destinação de Resíduos Orgânicos	-	-	-	-	184	235	-	-
Total	103.513	97.788	162.792	158.554	101.567	89.765	86.725	75.739

b) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício de 2026 foi aprovada pela 62ª/2026 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 29 de abril de 2026, no montante global de R\$19.257. Para o exercício de 2025 a aprovação se deu pela 61ª/2025 Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2025, no montante de R\$18.565.

A seguir demonstramos os pagamentos efetuados aos administradores:

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Remuneração	3.058	3.019
Encargos e Benefícios	1.043	1.017
Encargos Sociais	980	953
Plano de Saúde (Sanesaúde)	27	29
Plano de Previdência (Fusanprev)	36	35
Totais	4.101	4.036

Notas Explicativas

20. PROVISÃO PASSIVO REGULATÓRIO

Em decorrência do ganho da ação de imunidade tributária do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), referente ao período de maio de 1996 a outubro de 2020, e pelo recebimento financeiro do precatório judicial em 1º de setembro de 2025, a Companhia, em observância às normas da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar vigentes à época, registrou a obrigação de compartilhamento de 75% dos ganhos auferidos com a recuperação de créditos fiscais.

Até 31 de março de 2026, a Companhia mantém constituída provisão no montante de R\$3.455.249, classificada no Passivo Circulante. O passivo regulatório permanece reconhecido na proporção de 75% do valor do precatório, líquido de Cofins/Pasep, sendo atualizado mensalmente pelo WACC regulatório acrescido da variação do IPCA, conforme previsto no item 3.14 da Nota Técnica 07/2024 da Agepar.

Em 21 de outubro de 2025, o Conselho Diretor da Agepar ratificou a decisão de adoção de medida cautelar para suspensão dos efeitos da previsão de compartilhamento até a manifestação final de mérito, devido a questionamentos junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) e à Associação Paranaense de Defesa dos Direitos do Consumidor (APDC).

Em 12 de janeiro de 2026, foi publicada a Portaria nº 02/2026 – Agepar, a qual designou servidores para compor Grupo de Trabalho Intersetorial, visando realizar análise conclusiva e avaliação dos possíveis tratamentos regulatórios acerca do valor recebido pela Companhia decorrente do Precatório.

Em 23 de março de 2026, a Agepar publicou a Nota Técnica nº 01/2026. O documento propõe alterar a premissa anterior de compartilhamento (75%) para sugerir que o montante líquido apurado de R\$3.944.392 (correspondente a 100% do ganho) seja integralmente destinado aos usuários da Sanepar, visando a modicidade tarifária, o que motivou a abertura da Consulta Pública nº 001/2026.

A Administração da Companhia firmou posicionamento contrário aos termos lançados pela referida Nota Técnica, inicialmente em reunião da Diretoria Executiva realizada em 24 de março de 2026, o qual foi corroborado e apoiado pelo Conselho de Administração em reunião ordinária de 26 de março de 2026. Visando preservar os interesses da Companhia, de seus acionistas e empregados, o Conselho deliberou, em reunião extraordinária de 02 de abril de 2026, pela adoção de medidas cabíveis, administrativas e/ou judiciais, em face da Agepar e dos termos da Consulta Pública.

Em decorrência desta deliberação, a Companhia impetrou Mandado de Segurança em 17 de abril de 2026 solicitando a suspensão do rito. Em 22 de abril de 2026, o pleito liminar e seu pedido subsidiário foram indeferidos pelo Poder Judiciário, que fundamentou sua decisão no entendimento de que as referidas consulta e audiência públicas constituem uma etapa preparatória, sem caráter decisório, e que eventual suspensão atingiria atos futuros sequer realizados, não sendo possível prever o desfecho do rito regulatório.

A Agepar realizou a Audiência Pública nº 001/2026 em 29 de abril de 2026, referente à proposta de tratamento regulatório do precatório recebido pela Sanepar, conforme a Nota Técnica nº 01/2026, que sugere destinar integralmente o valor (R\$3.944.392) à modicidade tarifária. Os próximos passos incluem a análise das contribuições e a Deliberação Final do Conselho Diretor da Agepar. Em paralelo, a Sanepar interpôs um Agravo de Instrumento em 29 de abril de 2026, buscando suspender os efeitos da Consulta e Audiência Públicas e impedir a

Notas Explicativas

implementação da proposta da Nota Técnica. Contudo, em 30 de abril de 2026, o Tribunal de Justiça do Paraná indeferiu o pedido liminar, argumentando que os procedimentos de Consulta e Audiência já haviam sido concluídos e que a Nota Técnica é apenas uma proposta preparatória, sem caráter decisório final, não havendo interesse jurídico em suspender atos futuros.

Neste contexto, a Administração da Companhia, amparada por esta constatação judicial de ausência de deliberação final e suportada na opinião de seus assessores jurídicos, manteve os registros contábeis no encerramento do 1T26 baseados nas regras até então vigentes de compartilhamento de 75% do ganho da ação para a modicidade tarifária. A Companhia entende que a manutenção do registro é adequada uma vez que a nova proposta ainda aguarda análise e decisão de mérito definitiva pela Agepar após o rito de audiência e consulta pública.

21. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	31/03/2026	31/12/2025
Contratos e Convênios com Terceiros (1)	42.855	47.734
Convênios com Municípios	32.650	31.891
Cauções e Valores a Reembolsar	38.438	26.778
Parcelamento IBAMA - PRD (2)	337	347
Parcelamento IAT (3)	351	384
TCCM IBAMA (4)	132.305	127.939
Fundo Municipal de Saneamento e Gestão Ambiental	35.240	29.271
Totais	282.176	264.344
Circulante	218.081	199.084
Não Circulante	64.095	65.260

- (1) Valor referente a convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre a Companhia, a Itaipu e a Fundação Parque Tecnológico Itaipu - PTI, para ações de infraestrutura de saneamento e de monitoramento dos recursos hídricos e da saúde pública, visando a promoção de melhorias ambientais, sociais e econômicas na região Oeste do Paraná;
- (2) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis – IBAMA;
- (3) Valor referente a parcelamentos de diversos Autos de Infrações Ambientais junto ao Instituto Água e Terra - IAT;
- (4) 2 (dois) Termos de Compromisso de Conversão de Multas - TCCM, na modalidade direta, que consolidou o valor do débito de 5 (cinco) Autos de Infrações Ambientais – AIA, lavrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBAMA no ano de 2012, no montante de R\$ 87.631, atualizado monetariamente até o mês de março/26 com saldo de R\$132.305, a ser aplicado diretamente pela Companhia ao longo de 120 (cento e vinte) meses em Ações Ambientais relacionadas a execução de projeto ambiental denominado "Requalificação dos complexos de cavas para melhoria ambiental do Rio Iguaçu e áreas úmidas do entorno".

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social, totalmente integralizado, é composto de 1.511.205.519 ações, sem valor nominal, sendo 503.735.259 ações ordinárias e 1.007.470.260 ações preferenciais. Além das ações ordinárias e preferenciais, a Companhia negocia Certificados de Depósitos de Ações ("Units"), sendo cada "Unit" formada por 1 (uma) ação ordinária e 4 (quatro) ações preferenciais.

Notas Explicativas

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade; e (iii) direito de recebimento de remuneração, pelo menos 10% superior ao valor que for atribuído a cada ação ordinária.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de março de 2026, já considerando a provisão dos dividendos adicionais proposta pela Administração, é de R\$8,40 (R\$8,17 em 31 de dezembro de 2025).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de março de 2026 é de R\$6.000.000, que líquido do custo de emissão de ações é de R\$5.996.137, e sua composição acionária, é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	302.653.775	60,1	3	0,0	302.653.778	20,0
Municípios	-	-	5.561.963	0,6	5.561.963	0,4
Investidores Estrangeiros	90.232.647	17,9	417.230.728	41,4	507.463.375	33,6
Demais Investidores	110.848.837	22,0	584.677.566	58,0	695.526.403	46,0
Totais	503.735.259	100,0	1.007.470.260	100,0	1.511.205.519	100,0

b) Reservas de Lucros

b.1) Reserva Legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deduzido do valor destinado para constituição da Reserva de Incentivos Fiscais, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

b.2) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais.

b.3) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos. O limite para constituição dessa reserva é o valor do capital social integralizado. Os recursos destinados à reserva para investimentos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

Notas Explicativas

c) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no 1º trimestre de 2026, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$899 (R\$976 no mesmo período de 2025), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Saldos no início do período	42.265	46.067
Realização da Reserva de Reavaliação	(1.363)	(1.478)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	464	502
Saldos no final do período	41.366	45.091

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Durante este trimestre foi transferido para Lucros Acumulados, o montante de R\$41 (R\$66 no mesmo período de 2025), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	31/03/2026	31/03/2025
Saldos no início do período	3.810	4.001
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(62)	(100)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	21	34
Saldos no final do período	3.769	3.935

e) Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa 18) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido. Também são efetuados ajustes referentes as Realizações da Reserva de Reavaliação e do Ajuste ao Custo Atribuído.

Notas Explicativas

f) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

Em 29 de abril de 2026, a 62ª Assembleia de Acionistas aprovou o pagamento dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais, creditados aos acionistas no exercício de 2025, no montante bruto de R\$585.270 os quais tem previsão de pagamento no dia 26 de junho de 2026.

g) Resultado por Ação

O valor da remuneração aos acionistas, por ação, foi o seguinte:

	2025	2024
Ações Ordinárias	0,36308	0,28714
Ações Preferenciais	0,39939	0,31586
Valor para 1 "Unit"	1,96064	1,55060

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	31/03/2026	31/03/2025
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	110.213	377.498
Ações preferências	242.468	830.495
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	503.735.259	503.735.259
Média ponderada de número de ações preferências	1.007.470.260	1.007.470.260
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,21879	0,74940
Por ação preferencial	0,24067	0,82434

Notas Explicativas**23. RECEITAS OPERACIONAIS**

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Receitas		
Receitas de Água	1.237.750	1.155.139
Receitas de Esgoto	795.184	725.697
Receitas de Serviços	36.246	36.707
Receitas de Resíduos Sólidos	5.347	4.069
Serviços Prestados a Prefeituras	6.875	6.443
Doações efetuadas por Clientes	8.681	13.104
Outras Receitas	2.391	2.633
Totais das Receitas Operacionais	2.092.474	1.943.792
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(120.055)	(113.843)
PASEP	(26.065)	(24.716)
Totais das Deduções	(146.120)	(138.559)
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.946.354	1.805.233

A Companhia apresenta a nota explicativa de receita operacional líquida em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, conforme item 112A.

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados às concessões no montante de R\$16.171 (R\$18.553 no mesmo período de 2025), durante o 1º trimestre de 2026, ou seja, com margem nula. A receita está apresentada líquida dos custos de construção.

24. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/01/2026 a 31/03/2026			01/01/2025 a 31/03/2025		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal (1)	(101.534)	(51.499)	(153.033)	(200.159)	(82.100)	(282.259)
Materiais	(46.300)	(19.095)	(65.395)	(40.468)	(27.922)	(68.390)
Energia Elétrica	(100.517)	(16.756)	(117.273)	(90.939)	(15.857)	(106.796)
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-	(39.231)	(39.231)	-	(14.734)	(14.734)
Serviços de Terceiros	(121.007)	(74.149)	(195.156)	(96.604)	(68.047)	(164.651)
Depreciações e Amortizações	(68.172)	(64.259)	(132.431)	(60.027)	(59.058)	(119.085)
Indenizações por Danos a Terceiros	(3.589)	(1.978)	(5.567)	(7.369)	(4.578)	(11.947)
Fundo Municipal Saneam. e Gestão Amb.	(20.661)	(17.898)	(38.559)	(18.836)	(16.088)	(34.924)
Outros Custos	(35.040)	(7.776)	(42.816)	(30.684)	(8.016)	(38.700)
Totais	(496.820)	(292.641)	(789.461)	(545.086)	(296.400)	(841.486)

(1) Valor impactado, principalmente, pela provisão no 1T25 do Programa de Demissão Voluntário – PDV, e pelo registro de diversas indenizações trabalhistas referente a processos baixados no período.

Notas Explicativas**25. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS**

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Comerciais		
Pessoal (1)	(28.634)	(72.122)
Materiais	(1.808)	(2.399)
Serviços de Terceiros	(62.076)	(55.900)
Depreciações e Amortizações	(3.539)	(3.194)
Ganhos (Perdas) na Realização de Créditos	(34.714)	(82.578)
Indenizações por Danos a Terceiros	(4.669)	(6.627)
Programa Sanepar Rural	(1.253)	(1.277)
Outras Despesas	(1.325)	(1.312)
Totais das Despesas Comerciais	(138.018)	(225.409)
Administrativas		
Pessoal (1)	(189.075)	(335.965)
Materiais	(11.563)	(11.181)
Serviços de Terceiros (2)	(58.150)	(171.263)
Depreciações e Amortizações	(36.429)	(29.055)
Taxa de Regulação	(10.030)	(9.602)
Despesas com Viagens	(1.808)	(1.419)
Custas Legais e Judiciais	(2.217)	(1.573)
Doações Incentivadas (IRPJ)	(3.190)	(2.230)
Programas Sociais e Ambientais	(9.881)	(8.603)
Indenizações por Danos a Terceiros	(10.279)	(2.817)
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	(1.038)	(3.803)
Taxas, Alvaras e Licenciamento	(5.457)	(1.047)
Outras Despesas	(14.462)	(9.549)
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (3)	32.828	28.316
Despesas Capitalizadas (4)	33.521	30.508
Totais das Despesas Administrativas	(287.230)	(529.283)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		
Receitas		
Venda de Ativos	624	2.557
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	122	135
Subtotal Outras Receitas Operacionais	746	2.692
Despesas		
Perdas Eventuais	(36)	(770)
Multas Ambientais	(3.149)	(746)
Baixas de Ativos	(1.246)	(1.166)
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	(3)	(10)
Subtotal Outras Despesas Operacionais	(4.434)	(2.692)
Totais Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.688)	-

(1) Valor impactado, principalmente, pela provisão no 1T25 do Programa de Demissão Voluntário – PDV, e pelo registro de diversas indenizações trabalhistas referente a processos baixados no período;

(2) Reflexo da provisão no 1T25 de serviços advocatícios relacionados com a ação de Imunidade Tributária do IRPJ;

(3) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

(4) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Gerências da Companhia.

Notas Explicativas**26. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS**

A Companhia provisionou o montante de R\$26.980 (R\$92.411 no mesmo período de 2025), a título de Participação nos Resultados, com base em metas e performance estabelecida para o exercício de 2026, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

27. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	01/01/2026 a 31/03/2026	01/01/2025 a 31/03/2025
Receitas Financeiras		
Aplicações Financeiras (1)	193.254	61.692
Variações Monetárias Ativas	21.516	25.007
Variações Cambiais Ativas	15.250	12.304
Ganho com Instrumentos Derivativos Financeiros (2)	16.810	2.933
Outras Receitas Financeiras (3)	74.928	20.416
Cofins e Pasep sobre Receitas Financeiras	(10.484)	(104.434)
Subtotal	311.274	17.918
Juros Auferidos - Receita Precatórios (4)	-	2.147.784
Totais das Receitas Financeiras	311.274	2.165.702
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures e Arrendamentos (5)	(153.465)	(131.563)
Variações Monetárias Passivas	(38.632)	(45.122)
Variações Cambiais Passivas	-	(4.522)
Perda com Instrumentos Derivativos Financeiros (2)	(37.438)	(14.292)
Outras Despesas Financeiras	(4.391)	(168)
Subtotal	(233.926)	(195.667)
Provisão Passivo Regulatório (6)	(149.811)	(1.535.934)
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber (7)	-	(249.348)
Totais das Despesas Financeiras	(383.737)	(1.980.949)
Resultado Financeiro	(72.463)	184.753

(1) Inclui o valor proveniente das Aplicações Financeiras decorrentes do recebimento dos Precatórios relativos à ação do indébito tributário do IRPJ;

(2) Impacto da variação do Euro x CDI sobre as operações de SWAP contratadas pela Companhia;

(3) Impacto do Ajuste a Valor Presente de Ativos Financeiros Contratuais;

(4) Valor proveniente da atualização dos Precatórios a Receber relativos à ação do indébito tributário do IRPJ;

(5) Aumento da base de cálculo dos juros em função da captação de recursos de terceiros, somado à variação da DI;

(6) Provisão Regulatória relativa à ação do indébito tributário do IRPJ sobre o reflexo financeiro a ser compartilhado com os clientes da Companhia em faturamentos futuros de serviços de saneamento básico;

(7) Valor referente ao Ajuste a Valor Justo do Precatórios a Receber da Ação do IRPJ, inscrito no Orçamento da União (LOA 2025).

Notas Explicativas

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos foi considerado no segmento de esgoto. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a *performance* por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

Descrição	01/01/2026 a 31/03/2026			01/01/2025 a 31/03/2025		
	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	1.264.056	810.471	2.074.527	1.182.992	738.620	1.921.612
Outras Receitas Operacionais	9.898	8.049	17.947	12.291	9.889	22.180
Total da Receita Operacional Bruta	1.273.954	818.520	2.092.474	1.195.283	748.509	1.943.792
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(80.597)	(65.523)	(146.120)	(76.768)	(61.791)	(138.559)
Receita Operacional Líquida	1.193.357	752.997	1.946.354	1.118.515	686.718	1.805.233
Custo	(496.820)	(292.641)	(789.461)	(545.086)	(296.400)	(841.486)
Lucro Bruto	696.537	460.356	1.156.893	573.429	390.318	963.747
Despesas Comerciais	(76.122)	(61.896)	(138.018)	(124.914)	(100.495)	(225.409)
Despesas Administrativas	(158.419)	(128.811)	(287.230)	(293.311)	(235.972)	(529.283)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(2.034)	(1.654)	(3.688)	1.139.234	916.524	2.055.758
Resultado Financeiro	(23.515)	(48.948)	(72.463)	115.628	69.125	184.753
Programa de Participação nos Resultados	(14.881)	(12.099)	(26.980)	(51.211)	(41.200)	(92.411)
Provisões	(9.049)	(7.354)	(16.403)	89.230	71.912	161.142
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(7.463)	(6.069)	(13.532)	(7.836)	(6.303)	(14.139)
Provisão Passivo Regulatório	-	-	-	(750.790)	(604.018)	(1.354.808)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	405.054	193.525	598.579	689.459	459.891	1.149.350
Imposto de Renda e Contribuição Social	(166.397)	(79.501)	(245.898)	35.178	23.465	58.643
Lucro Líquido do Período	238.657	114.024	352.681	724.637	483.356	1.207.993
Margem Operacional - Não Auditado/Revisado	31,8%	23,6%	28,6%	57,7%	61,4%	59,1%
Margem Líquida - Não Auditado/Revisado	20,0%	15,1%	18,1%	64,8%	70,4%	66,9%
Investimentos no Imobilizado/Intangível no Período (1)	201.557	386.543	588.100	168.223	318.506	486.729
Endividamento - Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Arrendamentos e PPP's	2.952.684	4.328.179	7.280.863	2.880.531	3.728.712	6.609.243
Ativo de Contrato, Imobilizado e Intangível, Líquidos	7.098.830	10.042.425	17.141.255	6.473.986	8.581.537	15.055.523
Depreciações e Amortizações do Período	(90.217)	(82.182)	(172.399)	(77.900)	(73.434)	(151.334)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (2)	1.580.984	695.019	2.276.003	1.533.045	626.344	2.159.389
Total do Ativo	11.110.433	15.717.477	26.827.910	10.697.638	14.180.164	24.877.802
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	5.729.251	8.398.197	14.127.448	5.596.586	7.244.516	12.841.102
Quantidade de Ligações - Não Auditado/Revisado (3)	3.542.988	2.668.200	-	3.494.686	2.596.907	-
Volume Milhares de m³ Faturados - Não Auditado/Revisado (4)	154.733	125.814	-	152.813	122.940	-

(1) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

(2) Apresentadas pelo valor bruto;

(3) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

(4) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

Notas Explicativas

29. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a MAPFRE Seguros Gerais S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$2.592.039, com vigência abrangendo o período de 13/03/2026 a 12/03/2027, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	1.571.530
Máquinas, Equipamentos e Veículos	946.505
Estoque	74.004
Totais	2.592.039

Adicionalmente a Companhia possui apólices de Seguro Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de março de 2026 a Companhia ofereceu garantias por meio do Seguro Garantia em 265 processos judiciais no montante de R\$324.149 com a Pottencial Seguradora S/A, com vencimento em 15/06/2027.

A Companhia também firmou contrato com a AKAD Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e Administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de garantia R\$20.000, com vigência do contrato por 365 dias com encerramento em 16/01/2027.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 02 de abril de 2026, o Conselho de Administração da Companhia, em sua 1ª/2026 Reunião Extraordinária, deliberou sobre a destituição do Diretor Comercial da Companhia, Sr. Bihl Elerian Zanetti. Em continuidade, em 07 de abril de 2026, a Diretoria Executiva designou o Diretor-Presidente da Companhia, Sr. Wilson Bley Lipski, para exercer, interinamente, o cargo de Diretor Comercial, conforme estabelecido pelo art. 42 do Estatuto Social da Sanepar, passando a acumular ambas as funções.

Na mesma Reunião Extraordinária de 02 de abril de 2026, o Conselho de Administração deliberou pela adoção de medidas cabíveis, administrativas e/ou judiciais, em face da Consulta Pública 001/26-AGEPAR, que trata do tratamento regulatório do precatório recebido pela Companhia. Esta deliberação corrobora o posicionamento contrário da Administração à Nota Técnica nº 01/2026 da agência, a qual propõe que 100% do montante de R\$3.944.392 (líquido de tributos e honorários) seja destinado aos usuários.

Em continuidade a essas providências, em 17 de abril de 2026, a Companhia ingressou junto ao Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública de Curitiba com Mandado de Segurança, requerendo, entre outros: (i) medida liminar para suspensão imediata dos efeitos jurídicos da Consulta e Audiência Públicas nº 1/2026; (ii) subsidiariamente, a suspensão de todos os atos subsequentes de natureza processual ou decisória; e (iii) a concessão definitiva da segurança para declarar a nulidade do ato impugnado, preservando o regime jurídico vigente à época da incorporação patrimonial do precatório.

Notas Explicativas

Em 22 de abril de 2026, o pleito liminar foi indeferido pelo Poder Judiciário, sob o entendimento de que os atos da Agepar constituem etapa preparatória sem caráter decisório, autorizando o prosseguimento do rito de Consulta e Audiência Públicas. Adicionalmente, o juízo também indeferiu o pedido subsidiário de suspensão, por considerar que a pretensão atingiria atos futuros sequer realizados, sendo impossível prever o desfecho da respectiva audiência. Diante da referida decisão judicial, que corrobora a ausência de deliberação final de mérito por parte da Agência Reguladora, a Companhia, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, manteve os registros contábeis no encerramento das informações intermediárias do 1T26 baseados na regra vigente de compartilhamento de 75%, uma vez que aguarda análise e decisão de mérito definitiva pela Agepar.

Em 13 de abril de 2026, o Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar) decidiu, na Reunião Ordinária nº 08/2026, homologar o Índice de Reajuste Tarifário Anual 2026 (IRT 2026) de 2,4993%, a ser aplicado sobre a tarifa de equilíbrio. O ajuste resulta na tarifa média de R\$7,0032/m³, em estrita observância à metodologia de reajuste vigente disposta na Nota Técnica Agepar nº 04/2026-DRE/CSB, e será aplicado a partir de 17 de maio de 2026.

Em 29 de abril de 2026, foi publicado o Decreto Estadual nº 13.498/2026, que declarou Situação de Emergência Hídrica em todo o território do Estado do Paraná em razão da estiagem prolongada que compromete a disponibilidade de água bruta para o abastecimento público. O dispositivo autoriza a Sanepar a implementar medidas de contingenciamento, tais como rodízios de abastecimento, intensificação do monitoramento e campanhas de redução de consumo, priorizando o uso da água para o consumo humano e a dessedentação de animais, ficando proibidas atividades de alto consumo como lavagem de veículos e calçadas. Para assegurar essa prioridade, o Instituto Água e Terra (IAT) poderá suspender ou restringir outorgas para usos não essenciais. O referido decreto terá validade por 180 dias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (Iasb), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – reconhecimento de provisão para passivo regulatório

Chamamos atenção para as notas explicativas nºs 17, 20 e 30 às informações contábeis intermediárias, que descrevem o recebimento, pela Companhia, de aproximadamente R\$ 4,05 bilhões decorrentes de precatório judicial relacionado à imunidade tributária sobre o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), cuja destinação está sujeita a processo regulatório em curso perante a Agência Reguladora do Paraná (AGEPAR). Apesar de proposta regulatória para destinação integral do montante líquido aos usuários, não há, até a data de aprovação destas informações contábeis intermediárias, decisão final ou ato administrativo vinculante, razão pela qual a administração manteve o reconhecimento do passivo regulatório correspondente a 75% do montante líquido recebido, com base no arcabouço regulatório vigente à época do reconhecimento inicial. A eventual destinação adicional dos valores remanescentes permanece sujeita à decisão futura da autoridade reguladora, sendo o risco correspondente classificado, pela Companhia, como perda possível, conforme divulgado nas notas explicativas, nos termos da norma NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não havendo, nesta data, caracterização de obrigação presente que justifique o reconhecimento de provisão adicional. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 14 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-008.839/F-9

Ricardo Engel
Contador CRC 1PR-052.941/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar relativas ao período findo em 31 de março de 2026.

Curitiba, 28 de abril de 2026.

WILSON BLEY LIPSKI
Diretor-Presidente e Diretor Comercial Interino

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI
Diretor Jurídico

MARCOS DOMAKOSKI
Diretor Administrativo

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR
Diretor de Inovação e Novos Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pelo presente instrumento, a Diretoria Executiva da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, sociedade de economia mista estadual, de capital aberto, com sede na Rua Engenheiros Rebouças nº 1.376, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ sob nº 76.484.013/0001-45, para fins do disposto na Resolução CVM nº 80/2022, declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da Sanepar referentes ao período findo em 31 de março de 2026.

Curitiba, 14 de maio de 2026.

WILSON BLEY LIPSKI
Diretor-Presidente e Diretor Comercial Interino

ABEL DEMETRIO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

SERGIO WIPPEL
Diretor de Operações

LEURA LUCIA CONTE DE OLIVEIRA
Diretora de Investimentos

FLAVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI
Diretor Jurídico

MARCOS DOMAKOSKI
Diretor Administrativo

FERNANDO MAURO NASCIMENTO GUEDES
Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

ANATALICIO RISDEN JUNIOR
Diretor de Inovação e Novos Negócios